

MODELO DE POLÍTICA ESCOLAR

IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA GLOBAL
DA OMS PARA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL.
ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE



**Organização
Pan-Americana
da Saúde**



Escritório Regional para as Américas da
Organização Mundial da Saúde

110
1902 - 2012



**Organização
Mundial da Saúde**

ESCRITÓRIO REGIONAL PARA AS
Américas

MODELO DE POLÍTICA ESCOLAR

IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA GLOBAL
DA OMS PARA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL.
ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE



**Organização
Pan-Americana
da Saúde**



*Escritório Regional para as Américas da
Organização Mundial da Saúde*



**Organização
Mundial da Saúde**
ESCRITÓRIO REGIONAL PARA AS **Américas**

Edição original em inglês: School policy framework: implementation of the WHO global strategy on diet, physical activity and health. © World Health Organization, 2008
ISBN 978-92-41-59686-2

Dados em Publicação para Catalogação na Biblioteca da OMS

Modelo de política escolar: implementação da Estratégia Global da OMS para Alimentação, Atividade Física e Saúde. Washington, D.C.: OPAS, 2012

1. Instituições acadêmicas. 2. Exercício. 3. Nutrição em saúde pública. 4. Estilo de vida. 5. Promoção da saúde. 6. Doenças crônicas – prevenção e controle. I. Organização Mundial da Saúde.

ISBN 978-92-75-71717-2

(Classificação de NLM: QT 255)

© Organização Mundial da Saúde, 2012. Todos os direitos reservados.

A edição em português foi realizada pela Organização Pan-Americana da Saúde. Os pedidos de permissão para reprodução de suas publicações, parcial ou integralmente devem ser enviados para Editorial Services, Area of Knowledge Management and Communications (KMC), Panamerican Health Organization, Washington, D.C., Estados Unidos (correio eletrônico: pubrights@paho.org).

As publicações da Organização Pan-Americana da Saúde contam com a proteção de direitos autorais segundo os dispositivos do Protocolo 2 da Convenção Universal de Direitos Autorais.

As designações empregadas e a apresentação do material na presente publicação não implicam a expressão de uma opinião por parte da Organização Pan-Americana da Saúde no que se refere à situação de um país, território, cidade ou área ou de suas autoridades ou no que se refere à delimitação de seus limites ou fronteiras.

A menção de companhias específicas ou dos produtos de determinados fabricantes não significa que sejam apoiados ou recomendados pela Organização Pan-Americana da Saúde em detrimento de outros de natureza semelhante que não tenham sido mencionados. Salvo erros e omissões, o nome dos produtos patenteados é distinguido pela inicial maiúscula.

Todas as precauções razoáveis foram tomadas pela Organização Pan-Americana da Saúde para confirmar as informações contidas na presente publicação. No entanto, o material publicado é distribuído sem garantias de qualquer tipo, sejam elas explícitas ou implícitas. A responsabilidade pela interpretação e uso do material cabe ao leitor. Em nenhuma hipótese a Organização Pan-Americana da Saúde deverá ser responsabilizada por danos resultantes do uso do referido material.

Agradecimentos:

LeBlanc (Universidade de Alberta, Canadá), Dr. M McKenna (Universidade de New Brunswick, Canadá) e Dr. T Armstrong, Sra. V Candeias, Sra. T de Bruin, Sr. J Sattelmair, Sra. D Siegel e Sr. N Thompson (Organização Mundial da Saúde, Genebra, Suíça).

Agradecemos as colaborações e observações feitas pelos participantes da mesa redonda de especialistas sobre Modelo de Política Escolar para Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde (ASAFS), realizada de 6 a 7 de junho de 2007 em Vancouver, Canadá (ver lista de participantes no Anexo 1).

A OMS agradece os centros de coordenação de ASAFS nas Repartições Regionais da OMS e os colegas dos departamentos de Doenças Crônicas e Promoção da Saúde, Nutrição para Saúde e Desenvolvimento e Saúde da Criança e do Adolescente na Sede da OMS por seu apoio na elaboração deste documento e pelas observações feitas durante o processo de consulta eletrônica.

A OMS também agradece a todos os Estados Membros que contribuíram para a preparação deste documento.

A mesa redonda de especialistas sobre Modelo de Política Escolar e a produção deste documento foram patrocinadas pela Agência de Saúde Pública do Canadá e Health Canada.

Créditos das fotos da capa: Brenton Collas

ÍNDICE

Introdução	1
Morbidade crescente	1
Mandato	1
Iniciativas da OMS para saúde escolar	2
Propósito e público-alvo	3
Mesa redonda de especialistas.....	3
Como usar este documento	3
Introdução de uma política escolar	5
Instituir uma equipe de coordenação	5
Realizar uma análise da situação	6
Elaborar um plano de trabalho e sistema de monitoramento	7
Estabelecer metas e objetivos	7
Divulgação	8
Opções de políticas	9
Reconhecimento das escolas	10
Plan de estudios.....	11
Entorno da merenda escolar	14
Espaço físico	20
Promoção da saúde para o pessoal da escola	22
Serviços de saúde escolar	23
Participação dos interessados diretos	25
Governo.....	26
Professores e outro pessoal da escola	27
Alunos	28
Pais e familiares	29
Comunidade em geral	30
Monitoramento e avaliação	34
Tipos de monitoramento e avaliação	34
Realização de atividades de monitoramento e avaliação	36
Elaboração de indicadores nacionais	36
Referências	41
Anexo 1: Participantes da mesa redonda de especialistas	42
Anexo 2: Exemplos dos países	44

INTRODUÇÃO

Morbidade crescente

As doenças não transmissíveis (DNT) são de longe a principal causa de morte no mundo e o seu impacto cresce continuamente. Em 2005, 35 milhões de pessoas morreram por DNT, representando 60% do total de mortes naquele ano. Além disso, entre 2005 e 2015, estima-se um aumento de 17% no número de mortes decorrentes de DNT. Esta epidemia em grande parte invisível é mais séria nos países de baixa e média renda, onde ocorrem 80% das DNT.

As causas principais de DNT são conhecidas. Um pequeno grupo de fatores de risco comuns é responsável pela maioria das principais DNT: má alimentação, sedentarismo e tabagismo. A eliminação dos fatores de risco modificáveis conseguiria prevenir 80% dos casos de cardiopatia prematura, 80% dos casos de acidente vascular cerebral prematuro, 80% dos casos de diabetes tipo 2 e 40% dos casos de câncer.

As crianças não estão imunes a este ônus. Crianças com excesso de peso, e obesidade e diabetes tipo 2 em crianças e adolescentes são um problema crescente. Em escala mundial, cerca de 22 milhões de crianças menores de 5 anos têm excesso de peso. Crianças com excesso de peso e obesas têm grande probabilidade de continuarem sendo obesas na vida adulta e maior chance de ter DNT como diabetes e doenças cardiovasculares em idade mais precoce.

Existem intervenções eficazes e é preciso ação urgente (1).

Mandato

Em resposta à crescente morbidade por DNT e a fim de reduzir o impacto dos principais fatores de risco como má alimentação e sedentarismo, a Assembleia Mundial da Saúde aprovou a Estratégia Global para Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde (ASAFS) – conhecida em inglês como Global Strategy on Diet, Physical Activity and Health (DPAS), em maio de 2004. Uma das medidas da ASAFS é convocar os Estados Membros a elaborar e implementar políticas e programas escolares que promovam a alimentação saudável e maior nível de atividade física.

O parágrafo 49 da ASAFS declara: “As políticas e programas escolares devem respaldar a adoção da alimentação saudável e atividade física. Incentivam-se as escolas a proporcionar aos alunos educação física diária e elas devem ter instalações e equipamentos adequados. Estimulam-se os governos a adotar políticas que respaldam a alimentação saudável na escola e restrinjam a disponibilidade de produtos ricos em sal, açúcar e gorduras.” (2)

Iniciativas da OMS para saúde escolar

A Tabela 1 resume as principais iniciativas globais da Organização Mundial da Saúde (OMS) no campo da saúde escolar. O Modelo de Política Escolar de ASAFS se baseia no conhecimento e experiência existentes. Além disso, o modelo incorpora uma ferramenta de política global centrada na ação governamental para melhorar os hábitos alimentares e aumentar a atividade física em ambiente escolar. Espera-se que políticas escolares nacionais ou subnacionais sejam de grande ajuda a escolas locais na promoção de dieta saudável e atividade física.

TABELA 1: Iniciativas globais para saúde escolar com parceria da OMS

INICIATIVA	META	INTERESSADOS DIRETOS-ALVO
Iniciativa Mundial de Saúde Escolar (diferentes redes de escolas promotoras de saúde) www.who.int/school_youth_health/gshi	Aumentar o número de escolas promotoras de saúde (programa de recompensa)	Escolas
Focalizar recursos numa saúde escolar eficaz (FRESH) www.freshschools.org	Maior conscientização no setor da educação do valor de implementar programas de saúde escolar eficazes como principal estratégia para atingir Educação para Todos (defesa da causa)	Escolas por meio do ministério da saúde
Iniciativa Escolas Amigas da Nutrição (IEAN) (em fase piloto) www.who.int/nutrition/topics/nut_school_aged	Aumentar o número de escolas amigas da nutrição (programa de recompensa)	Escolas
Pesquisa Global de Saúde do Escolar (GSHS) www.who.int/chp/gshs	Apoiar os Estados Membros a medir e avaliar os fatores de risco de comportamento e fatores de proteção em 10 áreas principais entre jovens (vigilância)	Governos

Propósito e público-alvo

O propósito do Modelo de Política Escolar de ASAFS é orientar os responsáveis pelas políticas em nível nacional e subnacional quanto à elaboração e implementação de políticas que promovam a alimentação saudável e atividade física na escola através de mudanças no ambiente, comportamento e educação. Este modelo é uma das ferramentas que a OMS está produzindo e divulgando para auxiliar os Estados Membros e interessados diretos a implantar a ASAFS.

O Modelo de Política Escolar de ASAFS se direciona principalmente aos ministérios da educação e saúde, pois na maioria dos Estados Membros eles são responsáveis pelas políticas de saúde escolar. Incentivam-se outros ministérios como fazenda, agricultura, transporte, espaço físico, esportes, recreação, cultura e outros interessados diretos a também promover o uso deste modelo para melhorar os hábitos alimentares e de atividade física na escola. Dependendo da situação local, os responsáveis pelas políticas podem atuar em âmbito nacional, subnacional, regional ou municipal.

O Modelo de Política Escolar de ASAFS foi principalmente elaborado para países de baixa e média renda, mas muitos dos elementos do modelo são também apropriados para países de alta renda. O documento destina-se aos países que não começaram a elaborar uma política escolar assim como para os que já têm (partes de) uma política escolar.

Mesa redonda de especialistas

Para iniciar a elaboração do Modelo de Política Escolar de ASAFS, a OMS organizou uma reunião de especialistas, realizada entre 6 a 7 de junho de 2007 em Vancouver, Canadá. Os principais objetivos desta reunião foram revisar e debater o conhecimento atual e fundamentos de políticas escolares nacionais e subnacionais para alimentação e atividade física e redigir uma versão preliminar de um modelo de política escolar de ASAFS. Dando continuidade a esta reunião, os participantes da mesa redonda de especialistas (ver Anexo 1) examinaram as versões preliminares do Modelo de Política Escolar de ASAFS.

Cómo usar este documento

Este documento descreve os componentes básicos da elaboração e implementação de uma política escolar nacional ou subnacional de ASAFS. O Capítulo 2 descreve como iniciar uma política escolar. O Capítulo 3 se centra nas diferentes opções de política escolar existentes para os responsáveis pelas políticas. O Capítulo 4 explica como obter a participação dos interessados diretos. O Capítulo 5 dá orientação sobre monitoramento e avaliação. O Anexo 2 traz exemplos de políticas escolares em quatro Estados Membros da OMS.

Incentivam-se os países a adaptar a versão genérica do Modelo de Política Escolar de ASAFS de acordo com as próprias necessidades e circunstâncias. Embora não seja necessário aderir estritamente às etapas apresentadas neste modelo, é importante assegurar que estejam presentes os componentes básicos da elaboração e implementação de uma política escolar.

Na adaptação da versão genérica do Modelo de Política de ASAFS à situação local, estimulam-se os países a contar com a participação direta de crianças e adolescentes. Eles possuem enorme potencial para desenvolver idéias novas e criativas e, sobretudo, planos atraentes para melhorar os hábitos alimentares e de atividade física na escola (ver também a seção sobre alunos no Capítulo 4).

Incentiva-se cada Estado Membro a estabelecer as próprias prioridades, em colaboração com as partes interessadas, a fim de tomar decisões sobre o alcance de cada componente presente no Modelo de Política Escolar de ASAFS a ser abordado. É mais importante começar com pequenas mudanças que sejam realizáveis do que esperar até que existam recursos disponíveis para abordar todos os componentes ao mesmo tempo.

INTRODUÇÃO DE UMA POLÍTICA ESCOLAR

Introduzir uma política escolar eficaz que promova a alimentação saudável e atividade física requer liderança estratégica nacional (3). Portanto, recomenda-se aos governos:

- instituir uma equipe de coordenação para orientar a formulação, implementação, monitoramento e avaliação da política escolar;
- realizar uma análise da situação;
- elaborar um plano de trabalho e sistema de monitoramento;
- estabelecer metas e objetivos;
- divulgar a política.

Instituir uma equipe de coordenação

É importante assegurar que exista um mecanismo de coordenação multissetorial, baseado nas estruturas existentes, para promover a alimentação saudável e atividade física nas escolas. A equipe de coordenação deve ser formada por membros dos grupos de interessados diretos (ver Capítulo 4), fornecer liderança no âmbito nacional e definir os mecanismos para liderança interna. A equipe de coordenação deve procurar facilitar e promover a integração do trabalho conjunto dos interessados diretos relevantes de todos os níveis (nacional, regional e municipal).

Embora as funções apropriadas para a equipe devam ser determinadas ao nível nacional, propõe-se a seguir uma relação de funções possíveis.

- Facilitar a elaboração e a implementação de uma política escolar nacional, com captação de recursos.
- Assumir a responsabilidade de defender e orientar as políticas, ações (inclusive pesquisa) e estratégias implementadas pelos diversos interessados diretos.
- Coordenar as ações de diferentes interessados diretos nos diversos níveis administrativos (nacional, regional e municipal).
- Monitorar os diferentes programas que visam promover a alimentação saudável e atividade física nas escolas e apresentar relatórios periódicos.

A equipe de coordenação deve ser transparente e prestar contas sobre o próprio trabalho. A liderança da equipe pode ser conjunta ou rotativa, por exemplo, entre os ministérios da educação e saúde, mas cabe ao país determinar quem encabeçará este projeto (4).

Realizar uma análise da situação

A realização de uma análise da situação é fundamental para a elaboração de políticas para alimentação saudável e atividade física nas escolas (5). Ao fornecer uma avaliação inicial da realidade do meio escolar, a análise da situação ajudará a equipe de coordenação nacional a compreender melhor as necessidades, recursos e condições que são importantes ao planejar intervenções. Os seguintes dados quantitativos e qualitativos podem auxiliar a determinar necessidades e planejar intervenções para alimentação saudável e atividade física nas escolas.

- Atual estado de saúde dos alunos. Incentivam-se os governos a coletarem dados sobre os níveis de atividade física, consumo de frutas e verduras, frequência escolar e prevalência escolar de alunos com excesso de peso, obesidade, diabetes, entre outros.
- Conhecimento, atitudes, crenças, valores, comportamentos e condições dos alunos associados à alimentação saudável e atividade física.
- Análise dos programas do governo existentes, assim como de programas organizados por outros interessados diretos, que contemplam a promoção da alimentação saudável e atividade física nas escolas.
- Análise da informação sobre alimentação saudável e atividade física nos currículos escolares.
- Recursos disponíveis e atual capacitação do país para promover a alimentação saudável e atividade física nas escolas. Isto inclui recursos financeiros e humanos, assim como infraestrutura de saúde.

O estado de saúde dos alunos pode ser avaliado nas escolas, regiões e países por meio de pesquisas padronizadas. Dois exemplos de pesquisas de alunos apoiadas pela OMS são a Pesquisa Global de Saúde do Escolar (www.who.int/chp/gshs) e Pesquisa sobre Comportamentos de Saúde em Crianças em Idade Escolar (www.hbsc.org). Dados relativos aos programas existentes, políticas e nível de preparação dos interessados diretos podem ser coletados através de pesquisas, reuniões e consultas com os diversos interessados diretos, entrevistas e discussões de grupo com diversos interessados diretos e respectivas partes.

É importante atuar com o respaldo dos resultados da análise da situação. A análise revelará áreas-alvo para a elaboração de políticas. Por exemplo, o governo pode verificar que a atividade física requer mais atenção, ou que as escolas de ensino fundamental devem ser priorizadas em relação às escolas de ensino médio, ou que as políticas implantadas precisam levar em consideração diferenças de gênero e adotar um enfoque mais sensível às questões de gênero.

Elaborar um plano de trabalho e sistema de monitoramento

Após formar uma equipe nacional de coordenação, determinando sua função específica, e realizar uma análise da situação, recomenda-se que a equipe elabore um plano de trabalho para implementar as políticas apropriadas nas escolas. Tal plano de trabalho deve incluir:

- estabelecer metas e objetivos
- selecionar opções de políticas
- implementar as opções de políticas escolares com o apoio dos interessados diretos, monitorando e avaliando a política escolar nacional.

Monitoramento e avaliação são vitais para determinar a eficácia das políticas implantadas nas escolas. É importante considerar o monitoramento e a avaliação no começo do processo de planejamento e designar responsabilidade e financiamento apropriado. O monitoramento e o processo de avaliação devem ser realizados a intervalos periódicos e devem fazer uso de indicadores pertinentes (ver Capítulo 5).

Estabelecer metas e objetivos

Com o uso da informação coletada na análise da situação, a equipe de coordenação, em colaboração com interessados diretos relevantes, estará equipada para estabelecer metas e objetivos. As metas e os objetivos são necessários para esclarecer o que as intervenções visam atingir e avaliar em que medida os resultados pretendidos estão sendo alcançados.

Metas podem ser definidas como proposições amplas que descrevem as melhorias gerais pretendidas relacionadas com alimentação saudável e atividade física nas escolas. Alguns exemplos das metas são:

- Proporcionar experiência positiva, competência adequada e padrões firmes de comportamento que fundamentem as bases para alimentação saudável e atividade física por toda a vida.
- Auxiliar os alunos a manter ou melhorar a forma física.
- Reduzir a incidência dos fatores de risco de DNT em crianças em idade escolar e adolescentes.

As metas devem ser desagregadas em objetivos específicos para o processo e para resultados de modo que todos entendam claramente o que precisa ser feito para atingir cada meta, assim como quando e por que isso precisa ocorrer. Estes objetivos devem ser SMART (specific, measurable, achievable, relevant, timeframe) ou seja, específicos, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e ter um prazo específico estipulado para serem atingidos.

Os objetivos do processo e dos resultados descrevem o que será mudado ou implantado para alcançar os resultados esperados. A seguir alguns exemplos de objetivos de processo:

- Instituir em um ano um mecanismo de coordenação de diversos interessados diretos com representação dos setores relevantes.
- Conseguir que, em dois anos, 250 escolas sejam recompensadas por serem "amigas da nutrição" .
- Aumentar ,em dois anos, o percentual de escolas que têm aulas diárias de atividade física como parte do currículo escolar, de 50% a 70%.
- Realizar uma campanha de conscientização pública sobre segurança para crianças que vão à escola a pé ou de bicicleta até o final do ano.

Os resultados esperados são estabelecidos para definir o que deve ser alcançado por meio de intervenções com relação à alimentação saudável e atividade física. A seguir alguns exemplos de resultados esperados:

- Aumentar o percentual de alunos cientes dos benefícios para a saúde da prática de hábitos alimentares saudáveis e atividade física, de 40% a 70% em um ano.
- Aumentar o percentual de alunos que vão à escola a pé ou de bicicleta, de 5% a 15% em dois anos.
- Reverter, em três anos, a tendência de aumento do índice de massa corporal (IMC) em crianças.

Divulgação

Ampla divulgação da política escolar nacional é necessária para que atinja seu público-alvo e promova padrões de alimentação saudável e atividade física nas escolas. A divulgação do documento de política a todos os interessados diretos relevantes pode ser feita por canais formais e informais. Por exemplo, um memorando oficial pode ser enviado a todas as escolas divulgando a política. As principais mensagens da política também podem estar divulgadas por diferentes canais como mídias impressas, mídias eletrônicas, eventos regionais/locais, pessoas influentes, modelos exemplares, pessoas famosas ou populares, defensores da causa entre outros.

Porém antes que uma política esteja pronta para ser divulgada, é preciso selecionar as opções de políticas. O capítulo seguinte dará orientação quanto à seleção de opções de políticas.

OPÇÕES DE POLÍTICAS

O próximo passo na elaboração de uma política eficaz para promover a alimentação saudável e atividade física nas escolas é selecionar e implantar opções de políticas. Os princípios gerais apresentados a seguir servem de orientação aos responsáveis pelas políticas ao elaborarem e implantarem uma política nacional.

- Uma política escolar precisa deve ser coerente com as políticas e planos de ação existentes, e complementá-los, como promoção da saúde e prevenção de doenças.
- Um enfoque interdisciplinar, integrado e holístico deve estar seguido na elaboração e implementação de políticas.
- A elaboração e implementação de políticas deve levar em consideração questões culturais, de gênero, minoritárias étnicas e a estrutura jurisdicional e legal do país.
- Uma política escolar deve ser socialmente inclusiva e participativa. Todas as classes sociais devem ser incluídas, em especial as populações mais vulneráveis e pobres.
- Uma política escolar sustentável deve ser elaborada com um orçamento específico alocado para a sua implementação.
- Sempre que possível, a implementação de uma política escolar deve usar e se beneficiar das estruturas e recursos existentes (pessoal técnico, sociedade civil, informação, iniciativas em andamento, políticas).
- A avaliação e o monitoramento devem ser realizados durante todo o processo de elaboração e implementação da política. Devem ser alocados desde o início recursos (técnicos e financeiros) para atividades de monitoramento e avaliação para facilitar o processo.

Na seção seguinte são descritas várias opções de políticas. Incentivam-se os responsáveis pela elaboração de políticas a incorporarem na sua política as opções que sejam mais factíveis e adequadas conforme as suas necessidades, características e recursos. É mais importante começar fazendo pequenas mudanças que são possíveis do que esperar até que existam recursos disponíveis para contemplar todas as opções de políticas escolares ao mesmo tempo (5). As opções de políticas adotadas no âmbito nacional devem possibilitar flexibilidade local para a fase de implementação.

Sugestões de opções de políticas escolares são apresentadas nas seguintes categorias:

- reconhecimento das escolas
- currículo escolar
- entorno da merenda escolar
- espaço físico
- promoção da saúde para o pessoal da escola
- serviços de saúde escolar.

Reconhecimento das escolas

Incentivam-se os Estados Membros a elaborarem um programa que estimule as escolas a promover a alimentação saudável e atividade física e que reconheça o empenho realizado.

Sugestões para a preparação do programa:

- Estabelecer critérios (que sejam uniformes em todo o país) para conferir às escolas uma posição de destaque especial reconhecendo os seus esforços de promover a alimentação saudável e atividade física.
- Incorporar indicadores específicos e mensuráveis de resultados para alimentação saudável e atividade física.
- Incluir um procedimento para avaliação das escolas segundo os critérios estabelecidos e para que seja conferida posição de destaque especial.
- Reavaliar as escolas que já tenham alcançado uma posição de destaque especial para garantir que continuem se empenhando a melhorar a saúde.
- Estabelecer uma meta e prazo para o número de escolas participantes do programa nacional de reconhecimento das escolas e para o número de escolas que efetivamente alcançaram a posição de destaque especial.

A política de reconhecimento das escolas tem baixo custo e é relativamente fácil de ser implementada. Esta opção de política escolar permite aos Estados Membros demonstrar firme compromisso com a promoção da alimentação saudável e atividade física nas escolas. Isto contribuirá para mobilizar os diversos interessados diretos e obter apoio de integrantes do governo. Como as escolas costumam ser ativas nesta área que participam destes programas de reconhecimento, recomenda-se aos países a especialmente procurar obter a participação de escolas que ainda não estão estimulando a alimentação saudável e atividade física.

Sugestões para a implementação desta opção de política escolar:

Elaborar critérios e procedimentos para premiar as escolas com uma posição de destaque especial.

Mobilizar as escolas a participar do programa de reconhecimento das escolas.

Fornecer equipamentos/instalações e apoio técnico e/ou financeiro para as escolas que queiram participar do programa de reconhecimento das escolas.

As escolas participantes da IEAN (www.who.int/nutrition/topics/nut_school_aged) e as escolas promotoras de saúde (www.who.int/school_youth_health/gshi) são exemplos de dois programas da OMS que confere às escolas uma posição de destaque especial ao preencherem critérios predeterminados. As informações disponíveis nesses sites podem ajudar os Estados Membros a elaborar seu próprio programa de reconhecimento das escolas.

Escolas promotoras de saúde em Cingapura

Reconhecendo os benefícios de um enfoque holístico, o Ministério da Saúde de Cingapura estabeleceu um modelo de escola promotora da saúde denominado Apoiando Esforços para Melhorar a Saúde Escolar (Championing Efforts Resulting in Improved School Health - CHERISH). O prêmio CHERISH visa a incentivar as escolas de ensino fundamental e médio a elaborar programas integrais de promoção de saúde escolar. Nos quatro anos desde o seu início, mais de 100 escolas implementaram atividades como aula de ioga, cursos de formação em saúde para professores, dias de comer frutas ou recreios para comer frutas, colônias de saúde, passeios escolares, compra de equipamentos para ginástica e realização de pesquisas e/ou exames de triagem de saúde (ver Anexo 2).

Plan de estudios

Os governos podem usar tanto as aulas de educação em saúde como as de educação física (aulas de esportes) para promover a alimentação saudável e atividade física.

Educação em saúde com ênfase na alimentação e atividade física

A educação em saúde na escola visa a ajudar os alunos a adquirir o conhecimento e a competência necessários para tomar decisões esclarecidas, adotar comportamentos saudáveis e criar condições favoráveis à saúde (5). A educação em saúde na escola pode ser feita de diversas maneiras, dependendo das necessidades e recursos disponíveis em um país. Pode ser ensinado como uma disciplina separada, como parte de outras disciplinas como ciência, economia doméstica, matemática e agricultura, ou de modo ideal como uma combinação de ambos (5–7).

As políticas de educação em saúde com enfoque na alimentação e atividade física devem:

- Proporcionar conhecimento e competência e contribuir para criar atitudes relacionadas a uma boa alimentação, atividade física e saúde.
- Abordar a preparação de alimentos próprios para o consumo e considerar o consumo de alimentos como um aspecto essencial positivo e agradável de vida.

- Dar aos alunos oportunidades de exercitar habilidades importantes como a tomada de decisão sobre alimentos e atividade física.
- Permitir aos alunos identificar não apenas as barreiras para serem fisicamente ativos e fazerem escolhas de alimentos saudáveis, mas também soluções para superar as barreiras identificadas.
- Ensinar os alunos sobre mídias e marketing principalmente relacionados aos alimentos e bebidas não alcoólicas.
- Atrair a participação dos professores com a melhor formação possível e que possuem o conhecimento e a competência necessários para transmitir de modo eficiente as mensagens de saúde aos alunos.

Sugestões para a implementação desta opção de política escolar:

- **Elaborar, implementar ou reforçar um currículo escolar que contenha informação relevante sobre alimentação saudável e atividade física.**
- **Criar parcerias com professores, pais, associações de professores, e editores, entre outros, para estimular a elaboração de critérios e materiais para um currículo apropriado relacionado com alimentação e atividade física.**
- **Considerar, se apropriado, a elaboração de um enfoque regulador para a obrigatoriedade da educação em saúde durante o ano letivo.**

O currículo de saúde e bem-estar físico das Ilhas Cook

O currículo de saúde e bem-estar físico das Ilhas Cook (Cook Island Health and Physical Well-being Curriculum - CIHPWB) foi elaborado entre 2003 e 2004. A elaboração de currículos e o processo de consulta foi centrado em duas questões apresentadas aos alunos e adultos em diferentes ilhas:

1. O que significa ser saudável para você?
2. O que dificulta ser saudável nas Ilhas Cook?

De acordo com os resultados do processo de consulta, decidiu-se que cinco “áreas principais de ensino” formariam a base do currículo (CIHPWB): saúde mental, sexualidade, alimentação e nutrição, cuidados com o corpo e segurança física e atividade física.

A implementação do documento de currículo teve a forma de:

- desenvolvimento profissional – conteúdo e conhecimento pedagógico
- recursos para respaldar o currículo
- apoio no planejamento, implementação e avaliação dos programas.

Todas as escolas elaboraram planos para implantar duas áreas básicas de ensino no currículo: um plano bianual de educação em saúde e um plano anual de educação física. O piloto foi iniciado em 2004 como um esforço de colaboração do Ministério da Educação e da Saúde das Ilhas Cook na Escola Papaaroa na Ilha de Rarotonga.

Comprovações isoladas e uma avaliação formal realizada em 2007 para avaliar as mudanças no estado de saúde dos alunos (altura, peso, pressão arterial e circunferência abdominal), níveis de atividade, ingestão de alimentos, preferências alimentares e atitudes quanto a escolhas saudáveis demonstraram melhorias.

Educação física e/ou aulas de esportes

Aumentar o número de aulas de educação física e/ou aulas de esportes é uma das políticas que mais diretamente promovem um aumento da atividade física dos alunos. Incentivam-se os responsáveis pela elaboração de políticas a assegurar que:

- As aulas de educação física contribuam para a atividade física geral diária dos alunos durante o ano escolar.
- A maior parte da aula de educação física seja dedicada à atividade física como atividades aeróbicas, de resistência, força, flexibilidade e coordenação.
- Uma variedade de opções de aulas de educação física sejam oferecidas levando-se em consideração idade, sexo, necessidades especiais e interesses dos alunos.
- La actividad física sea agradable, favorezca el desarrollo, promueva el juego limpio y estimule la máxima participación de todos los alumnos.
- Os alunos aprendam sobre atividade física e saúde e adquiram confiança e habilidades para realizar atividades físicas por toda a vida.
- Os professores de educação física sejam bem qualificados e tenham formação adequada. Devem existir e serem aplicadas precauções de segurança adequadas para prevenir acidentes e problemas de saúde decorrentes da atividade física.
- A realização ou não de atividade física não deve ser usada como punição.

Sugestões para a implementação desta opção de política escolar:

- Promover e apoiar, quando apropriado, o uso de espaços locais (por exemplo, praias, colinas e parques públicos) para aulas de educação física e/ou esportes.
- Fornecer financiamento adequado para aulas de educação física e/ou esportes, instalações apropriadas para atividade física e formação para professores de educação física.
- Fornecer um modelo de currículo nacional para aulas de educação física e considerar, se apropriado, a elaboração de um enfoque regulador para a obrigatoriedade de aulas de educação física e/ou de esportes nas escolas.

Entorno da merenda escolar

A fim de apoiar e facilitar a adoção de hábitos alimentares saudáveis na escola recomenda-se que o entorno da merenda escolar (refeitório da escola, cantinas, máquinas de venda automática, quiosques para doces e salgados, alimentos trazidos à escola pelos alunos) forneça alimentos e bebidas não alcoólicas ricos em vitaminas, minerais e outros micronutrientes saudáveis e com baixo teor de gordura, açúcar não natural e sal.

As seguintes opções de políticas escolares podem ser consideradas para proporcionar um entorno da merenda favorável:

- normas nutricionais para os alimentos consumidos na escola
- programas de merenda escolar
- área de merenda escolar
- máquinas de venda automática e refeitório na escola
- alimentos e bebidas não alcoólicas
- pontos de venda de alimentos perto das escolas.

Normas nutricionais para alimentos consumidos na escola

Os alimentos servidos nas escolas devem seguir normas nutricionais mínimas baseadas nas diretrizes nacionais ou regionais para alimentos. A seguir são apresentadas algumas diretrizes gerais para alimentação saudável que, após serem ajustadas às especificidades culturais, poderiam ser consideradas na elaboração de normas nutricionais nacionais para as escolas (adaptado de 8):

- Uma alimentação nutritiva deve suprir as necessidades nutricionais e energéticas dos alunos e ser à base de uma variedade de alimentos, principalmente de origem vegetal.
- Deve-se comer uma variedade de verduras, frutas, cereais integrais, pão, grãos, massas, arroz ou batatas, de preferência frescos (frutas e verduras) e de produção local, várias vezes ao dia.
- A ingestão de gordura deve ser limitada a não mais de 30% das necessidades diárias de energia e gorduras saturadas devem ser substituídas por gorduras insaturadas. Ácidos graxos trans devem ser evitados.
- O consumo do açúcar e sal deve ser limitado, e deve ser usado sal iodado.
- Bebidas açucaradas e guloseimas só devem ser consumidos de modo limitado e açúcar refinado deve ser usado com moderação.
- Peixes e carne com baixo teor de gordura devem ser servidos segundo a preferência.
- Os alimentos devem ser preparados de maneira higiênica, saudável e seguro. Cozer no vapor, assar, ferver ou cozinhar no micro-ondas ajuda a reduzir a quantidade de gordura adicionada.

Em diversos países onde são fornecidas refeições nas escolas, 30% da ingestão de nutrientes recomendada para a idade são usados como valor de referência para planejar o conteúdo das refeições servidas. Esta proporção também pode servir de orientação para a provisão de porções de tamanho adequado nas refeições na escola.

Sugestões para a implementação desta opção de política escolar:

- Considerar a elaboração e implementação de normas nutricionais para os alimentos servidos nas escolas que sejam compatíveis com as diretrizes nacionais ou regionais de alimentação, se for apropriado.
- Divulgar as normas nutricionais para os alimentos servidos nas escolas em diferentes formatos de comunicação ao pessoal da escola, pais e alunos.
- Considerar uma série de opções para a implementação dessas normas incluindo, se pertinente, a adoção de uma estrutura reguladora.

Programas de merenda escolar

Os programas de merenda escolar visam aumentar a disponibilidade de alimentos saudáveis nas escolas. Eles fornecem café da manhã, almoço e/ou merendas a preço reduzido ou gratuitamente. Os programas podem ser dirigidos a todas as crianças ou a qualificação ser determinadas segundo critérios econômicos ou de saúde. Portanto, em uma mesma escola, os participantes podem receber merenda gratuita, a preço subsidiado ou ao custo integral. É importante proporcionar refeições adequadas do ponto de vista nutricional e que seguem as normas nutricionais para alimentos consumidos na escola.

Embora muitas escolas ofereçam uma merenda, em geral o almoço, é preciso destacar a importância de fornecer o café da manhã. O café da manhã pode ser fornecido a crianças que conseguem e estão dispostas a estar na escola antes do início das atividades em sala de aula (8). Em diversos países onde o café da manhã é servido na escola, 20% da ingestão de nutrientes recomendada para a idade são usados como valor de referência para planejar o conteúdo das refeições servidas.

Sugestões para a implementação desta opção de política escolar:

- Elaborar, implementar ou reforçar programas de merenda escolar ou programas de distribuição de alimentos.
- Fornecer, em parceria com os interessados diretos relevantes, se apropriado, verbas especificamente destinadas aos programas de café da manhã, almoço e/ou merenda. Quando se formam parcerias público-privadas para a provisão de refeições na escola, é importante garantir que as refeições sigam as normas nutricionais para as escolas ou as diretrizes nacionais de alimentação.
- Incentivar e apoiar as escolas a criarem hortas. Interagir com os órgãos internacionais relevantes, como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a fim de captar apoio adicional para a elaboração de projetos para horticultura na escola.

Programa de Alimentação Escolar com Alimentos da Agricultura Familiar

Em 10 países africanos, o Programa Mundial de Alimentos, junto com 10 governos nacionais, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a FAO e o Grupo de Trabalho sobre Fome do Projeto do Milênio das Nações Unidas, deram início ao Programa de Alimentação Escolar com Alimentos da Agricultura Familiar. O programa vincula a alimentação escolar ao desenvolvimento agrícola através da compra de alimentos localmente ou com agricultura familiar, hortas nas escolas e a incorporação de agricultura aos currículos escolares. Os objetivos deste programa são reduzir a fome entre escolares, aumentar o número de alunos matriculados nas escolas e a frequência escolar, melhorar o estado nutricional e de saúde dos escolares e estimular a produção local de alimentos. Mais informações estão disponíveis em www.wfp.org.

Área de merenda escolar

A área de merenda escolar precisa ser agradável e acolhedora (8). Para que o entorno da merenda escolar seja agradável, ele deve compreender:

- diversos pontos de atendimento nos refeitórios para evitar longas filas e dar tempo aos alunos para escolher os alimentos;
- área limpa para comer;
- tempo adequado para os alunos comerem;
- tempo destinado aos alunos para socializar e brincar durante o recesso, de preferência antes do período de almoço;
- os alimentos devem ser fornecidos de maneira não estigmatizante, principalmente aos alunos participantes de programas de refeições gratuitas ou a preços reduzidos.

Sugestões para a implementação desta opção de política escolar:

- Instituir ou reforçar os serviços de merenda escolar.
- refeições, funcionários do refeitório, professores e alunos a fim de proporcionar um ambiente agradável.
- Promover a presença de um especialista em nutrição nas escolas para, entre outras atribuições, supervisionar que os alimentos e bebidas servidos nas escolas sejam próprios para o consumo e garantir que todos os alimentos servidos sigam as normas nutricionais para escolas.

Máquinas de venda automática e cantinas nas escolas

A existência de máquinas de venda automática e cantinas nas escolas tem sido criticada por permitir fácil acesso a alimentos e bebidas de alto teor calórico e pobres em micronutrientes. Em muitas escolas, a receita gerada por cantinas e máquinas de venda automática é uma importante fonte de renda para a gestão da escola. Os alimentos e bebidas adquiridos em cantinas e máquinas de venda automática devem seguir as normas

nutricionais para alimentos e bebidas escolares ou as diretrizes nacionais de alimentação para crianças em idade escolar. Para manter a fonte de receita, os responsáveis pela elaboração de políticas podem incentivar as escolas a substituir produtos de alto teor calórico e pobres em micronutrientes por leite, iogurtes sem adição de açúcar, água, sucos de fruta sem adição de açúcar, sanduíches, frutas, castanhas ou legumes. Estas são todas boas opções de variedades de produtos disponíveis nas escolas.

Sugestões para a implementação desta opção de política escolar:

- Incentivar as escolas a encontrar fontes alternativas de renda que sejam próprias da cultura, como vender revistas e materiais de escritório/papelaria.
- Quando pertinente, considerar medidas financeiras para tornar as opções de alimentos e bebidas saudáveis mais acessíveis aos alunos ou compensar as escolas que melhoram a qualidade do conteúdo das máquinas de venda automática.
- Considerar, se apropriado, a elaboração de um mecanismo para limitar a disponibilidade de alimentos e bebidas de alto teor calórico e pobres em micronutrientes em máquinas de venda automática e cantinas, e retirar máquinas de venda automática da escola.

Proibição de máquinas de venda automática em escolas na França

Desde setembro de 2005, a França proibiu máquinas de venda automática nas escolas com o objetivo de combater a obesidade infantil. Uma lei específica proíbe a venda de qualquer alimento ou bebida por meio de máquinas de venda automática.

A proibição de máquinas de venda automática nas escolas veio como parte de um pacote de regulamentações de saúde pública, inclusive planos de multa para fabricantes de alimentos que faziam a publicidade de alimentos de baixo valor nutritivo (junk food) sem exibir uma advertência de saúde. Mais informações estão disponíveis em <http://www.sante.gouv.fr/adm/dagpb/bo/2004/04-33/a0332364.htm>

Marketing de alimentos e bebidas não alcoólicas

Existem evidências convincentes de que a publicidade e marketing de alimentos e bebidas com alto teor calórico e de gordura e pobres em micronutrientes influencia as preferências alimentares de uma criança e seus hábitos de compra e consumo. O marketing também pode influenciar na provisão escolar de alimentos em razão de acordos de patrocínio da escola. Os governos, portanto, podem optar por implantar um mecanismo regulador para não permitir patrocínio, publicidade e marketing de alimentos e bebidas que não condizem com práticas de uma alimentação saudável (9).

O marketing e publicidade podem ser vistos em:

- pôsteres no campus escolar
- livros de texto
- anúncios em anuários e jornais escolares
- materiais escolares, como capas de livro ou estojos
- equipamentos patrocinados para times esportivos, ginásios da escola
- patrocínios para eventos escolares, equipes escolares (por exemplo, torneios de conhecimentos), intercâmbio de alunos ou torneios entre escolas.

Sugestões para a implementação desta opção de política escolar:

- Se for preciso o patrocínio de eventos escolares, estimular as escolas a encontrar patrocínios apropriados de uma série de entidades comerciais.
- Incluir o ensino de marketing e mídias como parte do currículo escolar.
- Considerar, se for relevante e apropriado, a elaboração de um mecmo para reduzir a influência e/ou não permitir o marketing e publicidade de alimentos e bebidas de alto teor calórico e pobres em micronutrientes no ambiente escolar.

Disponibilidade de alimentos perto de escolas

O empenho de criar um ambiente favorável à saúde deve também incluir pontos de venda de alimentos localizados dentro ou perto de escolas. Em muitos países há uma alta concentração de estabelecimentos de fast food perto das escolas e uma relativa baixa concentração de pontos de venda de frutas e verduras.

Sugestões para a implementação desta opção de política escolar:

- Consultar os representantes de fabricantes de alimentos e bebidas durante a elaboração da política escolar para que sejam identificadas oportunidades para ação e facilitar o compromisso deles.
- Divulgar as normas nutricionais para alimentos nas escolas aos fabricantes, fornecedores e distribuidores de alimentos e bebidas que operam nos arredores de escolas.
- Considerar, se apropriado, a elaboração de um mecanismo para determinar os alimentos e bebidas que podem ser vendidos nos arredores da escola.

Espaço físico

O espaço físico da escola desempenha um papel importante ao se determinar se intervenções para promover a alimentação saudável e atividade física serão eficazes e sustentáveis (5).

Os elementos a serem considerados pelos governos são:

- edifícios e instalações
- atividades extracurriculares
- ida e volta da escola a pé ou de bicicleta com segurança.

Edifícios e instalações

As instalações de uma escola é um fator fundamental para o sucesso da implementação de políticas de atividade física. Elas compreendem o edifício da escola, as salas de aula, locais de recreação e instalações para esportes e os arredores em que está situada a escola. Ao melhorar as instalações físicas das escolas, os responsáveis pela elaboração de políticas estarão incentivando os alunos a serem ativos no tempo livre na escola.

Sugestões para a implementação desta opção de política escolar:

- Maior conscientização entre o pessoal da escola de que o espaço físico é um fator fundamental para aumentar a atividade física dos alunos.
- Promover e proporcionar às escolas espaços e instalações seguros e apropriados para que os alunos possam usar o tempo para serem ativos.
- Dar orientação e apoio às escolas para criarem parcerias com as comunidades para que permitam o uso efetivo de instalações esportivas e recreativas existentes na comunidade e vice-versa.

Espaços de recreação de baixo custo no Reino Unido

As instalações para atividade física não precisam ser complexas nem caras. Comprovou-se que desenhos coloridos no piso são bons para incentivar as crianças a brincarem de forma ativa. Um estudo em duas escolas de ensino fundamental em uma região de baixa renda no Reino Unido demonstrou que áreas de recreação com pisos multicoloridos são um método eficiente e de baixo custo para estimular jogos ativos e aumentar a atividade física diária das crianças. Outros estudos indicam benefícios adicionais como menor incidência de brigas na área de recreação e redução de bullying e desordem em salas de aula (10).

Oportunidades extracurriculares para atividade física

As aulas de educação física oferecidas pelas escolas com frequência não cumprem com os níveis recomendados de atividade física para crianças e adolescentes (10). As atividades extracurriculares podem complementar a atividade física realizada nas aulas formais de educação física e envolvem qualquer outra forma de atividade propiciada pelas escolas como:

- programas abrangentes após o período escolar de atividades físicas, competitivas e não competitivas;
- intervalos ativos, ginástica pela manhã, na hora do almoço ou depois do almoço, danças tradicionais;
- competições esportivas escolares.

Entre os benefícios adicionais das atividades extracurriculares estão a participação dos alunos em uma variedade maior de atividades e mais oportunidade de cooperação entre escolas, alunos, pais e a comunidade.

Ao se elaborar uma política para incentivar a atividade física extracurricular, devem ser consideradas as seguintes questões:

- As atividades extracurriculares não devem substituir as aulas de educação física.
- Diversas atividades competitivas e não competitivas, tanto individuais como de equipe, devem ser proporcionadas para que se atenda ao máximo as necessidades, interesses e habilidades dos alunos.
- Os alunos e a comunidade devem ter acesso a instalações adequadas para atividade física.

Sugestões para a implementação desta opção de política escolar:

- Consultar o quadro de "Sugestões para a implementação" do espaço físico porque enfoques semelhantes podem ser usados para implementar atividades extracurriculares..

Algumas outras recomendações específicas:

- Incentivar as escolas a organizarem competições esportivas interescolares.
- Mobilizar os pais e comunidades a organizarem atividades

Ida e volta da escola a pé ou de bicicleta com segurança

A ida e volta da escola a pé ou de bicicleta é uma excelente oportunidade para que crianças e adolescentes façam atividade física regular (10).

As políticas que promovem a ida e volta da escola a pé ou de bicicleta com segurança incluem:

- guardas de trânsito nos cruzamentos de ruas para assegurar que os alunos possam ir e vir com segurança da escola e participar de esportes e recreação na comunidade;
- estacionamento para bicicletas seguros na escola para os alunos que optam por usar a bicicleta;
- zonas sem trânsito no horário de pico;
- trilhas seguras para caminhar e andar de bicicleta, interconexão de vias do bairro e áreas de recreação;
- iluminação adequada nos horários de pouca claridade.

Sugestões para a implementação desta opção de política escolar:

- Fazer parcerias com os ministérios do transporte, conselhos locais, municípios, comunidades, associações de pais e mestres e planejadores de trânsito para criar rotas mais seguras e defender a locomoção a pé e de bicicleta como formas de transport.
- Quando apropriado, firmar um compromisso público de criar rotas seguras de locomoção a pé e de bicicleta para a escola e dar apoio às escolas que têm interesse em contribuir.
- Organizar campanhas de conscientização pública para alertar a população em geral sobre o fato de que os alunos vão a pé ou de bicicleta para a escola.

Promoção da saúde para o pessoal da escola

A promoção da saúde para o pessoal da escola é importante porque os professores e outros funcionários precisam estar cientes e sentirem-se responsáveis pelas mensagens que transmitem, uma vez que exercem papel de modelo, aos alunos e todos os demais. Além disso, há dados que indicam que a promoção da saúde do pessoal da escola com o incentivo à atividade física e alimentação saudável pode resultar em maior produtividade e melhorar o ânimo do pessoal reduzindo despesas médicas/de seguro.

Entre as atividades de promoção da saúde para o pessoal da escola estão:

- ministrar cursos no serviço sobre hábitos de vida saudáveis
- divulgar materiais impressos de organizações nacionais ou municipais
- propiciar uma sala para os funcionários que seja um ambiente saudável para comer e relaxar

- providenciar para que refeições saudáveis sejam servidas no refeitório da escola
- fornecer alimentos saudáveis nos intervalos de reuniões do pessoal,
- organizar seminários por especialistas em nutrição e professores de educação física.

Sugestões para a implementação desta opção de política escolar:

- Mobilizar os interessados diretos como organizações não governamentais (ONGs), associações esportivas locais e a comunidade de assistência de saúde a organizarem atividades relacionadas à alimentação saudável e atividade física para professores.
- Incentivar as administrações das escolas a facilitar e apoiar a implementação de atividades relacionadas com a promoção da saúde para o pessoal da escola.
- Fornecer apoio financeiro para treinamento no serviço e alguns incentivos para professores participarem de outros cursos adicionais.

Serviços de saúde escolar

Os serviços de saúde escolar ajudam a propiciar saúde e bem-estar, assim como monitorar, prevenir, reduzir, tratar e encaminhar problemas de saúde importantes dos alunos e do pessoal da escola (10). Estes serviços podem ter um professor designado para ser o responsável por monitorar a alimentação e atividade física, uma enfermeira com formação em saúde escolar ou uma equipe de saúde escolar formada por um nutricionista ou especialista em nutrição e dieta.

Embora nem todos os governos tenham condições de prestar serviços de saúde nas escolas, onde houver recursos disponíveis, os seguintes serviços podem ser considerados (5, 10):

- Medidas regulares de peso e altura dos alunos com envio destas informações aos pais. As escolas que iniciam programas de medida do IMC devem adotar medidas para garantir a integridade dos alunos e reduzir o risco de prejudicá-los, criar um ambiente protegido e favorável aos alunos com todos os tipos de constituição física e implementar estratégias para estimular a atividade física e alimentação saudável.
- Triagem nutricional e coleta de informação relativa à participação em atividades físicas.
- Encaminhamento a outros serviços de saúde escolar ou comunitária com base nos resultados da triagem.
- Recomendações sobre atividade física a todos os alunos, inclusive os portadores de deficiência, e aos seus pais.
- Orientação de alunos e pais para estimular a alimentação saudável e níveis adequados de atividade física.
- Além de prestar esses serviços de saúde regulares, os profissionais de saúde podem se dedicar à pesquisa, monitoramento e avaliação, educação e defesa da causa.

Sugestões para a implementação desta opção de política escolar:

- Apoiar a criação de parcerias entre as escolas e os serviços de saúde locais para prestarem serviços de saúde escolar a um custo reduzido ou gratuitamente.
- Considerar, se apropriado, a coleta de informação sobre peso e altura e hábitos alimentares e atividade física de todos os alunos periodicamente. Incentivar e respaldar o sigilo e uso adequado dos dados coletados nas escolas.
- Facultar à equipe de saúde escolar a responsabilidade de supervisionar se os alimentos e bebidas servidos nas escolas são próprios para o consumo em cumprimento das normas nutricionais nacionais para as escolas.

Exame médico para todos os alunos no Irã

Na República Islâmica do Irã, todos os alunos que ingressam no ensino fundamental e médio precisam fazer um exame médico obrigatório. Em todos os casos, os pais são informados dos resultados da triagem e de resultados alterados (como IMC alto ou baixo) e, caso necessário, os alunos são encaminhados a médicos. Desde 2004, a triagem de crianças que ingressam no ensino fundamental (com exame de todos os órgãos, optometria, audiometria, medida da pressão arterial e avaliação do QI e saúde mental) tem cobertura de 100%. Esta triagem é realizada pelo Ministério da Saúde e Educação Médica e Ministério da Educação e Formação. Todos os serviços são gratuitos para os alunos. Além disso, é realizado exame médico completo na maioria das escolas todos os anos. As crianças com qualquer problema de saúde são encaminhadas a especialistas e os pais devem apresentar a resposta do especialista aos serviços escolares.

Dados de todas as províncias são armazenados em um banco de dados nacional e usados pelos responsáveis para fundamentar a elaboração e implementação de futuras políticas. Relatos isolados indicam que, em termos gerais, os pais demonstram ser cooperativos e estão satisfeitos com a existência de programas de triagem, realizados de forma gratuita na escola, e com o fato de serem informados dos resultados.

Mais informações estão disponíveis em: www.emro.who.int/iran/programmeareas-school-health.htm

PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS DIRETOS

A estratégia ASAFS enfatiza a importância da participação ativa dos interessados diretos para alcançar os seus objetivos. O parágrafo 34 sobre *as responsabilidades de ação declara: "Produzir mudanças nos hábitos alimentares e padrões de atividade física requererá o empenho combinado de muitos interessados diretos, públicos e privados, por várias décadas. É necessária uma combinação de ações sólidas e eficazes a nível global, regional, nacional e local, com monitoramento ativo e avaliação do seu impacto"*. Além disso, o parágrafo 44 sobre as responsabilidades dos Estados Membros, explicitamente recomenda que: *"Os governos sejam estimulados a consultarem os interessados diretos sobre política. Debate amplo e participação do público no enquadramento de uma política podem facilitar sua aceitação e eficácia."* (2)

Os interessados diretos são quem têm informação importante sobre uma questão ou área de política, quem será afetado por uma decisão, ou quem pode influir em uma decisão. Para a elaboração e a implementação de uma política escolar nacional ou subnacional de ASAFS, em que colaboração intersetorial e de diversos interessados diretos é fundamental para bons resultados, os interessados diretos podem ser os seguintes:

- governos (âmbito nacional, regional e municipal)
- professores e outro pessoal da escola
- alunos
- pais e familiares
- comunidade em geral (incluindo organizações internacionais, ONGs e o setor privado).

Este capítulo identifica possíveis interessados diretos e os papéis que eles podem desempenhar. São apresentados resumidamente os facilitadores e os obstáculos em potencial que podem ser encontrados no contexto da ação intersetorial para uma política escolar de ASAFS. Por fim, fornece orientação prática aos ministérios da educação e da saúde sobre como contar com a participação de outros interessados diretos.

Colaboração dos ministérios da educação e saúde

A responsabilidade pela saúde escolar é com frequência dividida entre o ministério da educação e o da saúde. Independentemente de qual ministério encabeça o projeto ao se introduzir uma política escolar de ASAFS, é fundamental um forte vínculo entre esses ministérios e compromisso sustentável com as iniciativas para melhorar a alimentação e atividade física nas escolas para o sucesso e ampla adoção de uma política escolar de ASAFS.

Os facilitadores para a colaboração entre os ministérios da educação e saúde são

- reconhecimento do potencial existente para obter resultados que beneficiam ambos os setores;
- estratégias de implementação que sejam viáveis para ambos os setores;
- existência de métodos semelhantes para o monitoramento e avaliação.

Por outro lado, a colaboração entre esses ministérios pode ser dificultada por:

- financiamento vertical
- visões divergentes entre diferentes grupos profissionais
- prioridades e processos decisórios concorrentes
- processos complexos de participação.

É importante para um governo analisar tanto os fatores facilitadores como os possíveis obstáculos ao formular um processo eficaz de colaboração.

Outros ministérios e níveis de governo

Dependendo das opções de políticas escolares escolhidas, podem ser necessários vários outros níveis de governo e diversos ministérios para implantar com eficiência uma política escolar de ASAFS.

- Fazenda – financiamento da política escolar de ASAFS
- Agricultura – programas de merenda escolar e currículo escolar (inclusive hortas nas escolas)
- Transporte – ida e volta da escola a pé ou de bicicleta com segurança
- urbanização e planejamento – ambiente físico das escolas
- recreação e esportes – instalações esportivas da comunidade e programas de recreação.

A política elaborada e adotada no âmbito nacional será implementada em nível local e, portanto, recomenda-se que os governos instituíam, desde as etapas iniciais de planejamento, mecanismos para acolher e facilitar a participação regional e local. Para a participação destes outros ministérios e níveis de governo, os fatores facilitadores e obstáculos são semelhantes aos envolvidos na colaboração dos ministérios da educação e da saúde.

Agricultura na sala de aula na Columbia Britânica, Canadá

Um exemplo no qual os ministérios da educação e da agricultura unem forças é o programa “Agricultura na Sala de Aula” (Agriculture in the Classroom - AITC) na província de Columbia Britânica, no Canadá (em fase piloto). A finalidade deste programa é:

- fornecer recursos educacionais sobre agricultura
- possibilitar aos alunos tomar decisões esclarecidas sobre opções de alimentos, alimentação segura e produtos alimentícios locais
- estimular carreiras na agricultura.

O AITC é representado por produtores, setor de agronegócios, professores, ministério da Agricultura, ministério da Educação, universidades e uma ampla gama de representantes da indústria de alimentos da província. Um exemplo de um programa de AITC desenvolvido é o Programa Escolar de Merenda à base de Frutas e Verduras da British Columbia que oferece merenda com frutas e verduras duas vezes por semana nas escolas da região. Para mais informações visite www.aitc.ca/bc.

Professores e outro pessoal da escola

A consulta com professores e pessoal da escola sobre o planejamento e a implementação de uma política escolar de ASAFS é essencial pois eles desempenham um papel central para melhorar a alimentação e a atividade física nas escolas. É fundamental contar com o apoio de diretores escolares ou líderes dos docentes.

Os professores e o pessoal da escola têm interesse direto em uma política escolar de ASAFS porque uma alimentação saudável e atividade física fortalecem o potencial de aprendizagem e bem-estar das crianças. Contudo, pode ser difícil conseguir o empenho ativo deles na elaboração e implementação de uma política escolar de ASAFS. Entre os obstáculos para conseguir o empenho de professores e pessoal da escola estão:

- falta de tempo para assumir mais responsabilidades como parte do volume de trabalho do pessoal da escola;
- concepção equivocada de que tempo e atenção dedicados à alimentação saudável e atividade física terão repercussão negativa nas notas/parâmetros acadêmicos;
- falta de treinamento;
- recursos financeiros insuficientes.

Para vencer esses obstáculos e beneficiar-se do conhecimento, experiência e participação de professores e do pessoal da escola, recomenda-se aos países a:

- Obter a participação de professores e do pessoal da escola em uma etapa inicial da elaboração da política.
- Dar acesso a currículos simples de serem usados que contenham ou estejam em conformidade com mandatos acadêmicos e que sejam interessantes aos alunos.
- Propiciar formação ampla e eficiente aos “professores em formação”, assim como professores e pessoal da escola em exercício.
- Prestigiar quem se destaca para motivar o pessoal.
- Garantir o apoio por parte da administração escolar.
- Contar com a participação de sindicatos de professores na elaboração de uma política escolar de ASAFS e convencer colegas docentes a implantarem a política.
- Proporcionar exame médico para o pessoal (por exemplo, avaliação de IMC, pressão arterial, glicemia, colesterol) e dar orientação gratuita sobre alimentação saudável e atividade física.

Alunos

A inclusão dos alunos no planejamento e na elaboração da política escolar de ASAFS é importante para assegurar sua viabilidade e aceitação. Os jovens possuem enorme potencial para desenvolver ideias novas e criativas e, sobretudo, planos atraentes para melhorar os hábitos alimentares e de atividade física na escola.

Entre as vantagens de poder contar com a participação dos jovens estão:

- ideias novas, sem restrições pelo modo como as coisas sempre foram feitas;
- informação relevante sobre as necessidades e os interesses dos jovens;
- respostas sinceras sobre os serviços existentes;
- maior alcance, sendo obtidas informações importantes de dentro do grupo;
- mais recursos humanos sendo que jovens e adultos dividem a responsabilidade;
- maior aceitação da política porque os jovens tiveram participação na sua elaboração;
- maior competência e aumento da autoestima dos jovens diretamente envolvidos no processo.

Os alunos e jovens costumavam no passado ter pouca oportunidade efetiva de participar da elaboração de políticas. Porém, a participação deles cria uma situação que é boa para todos, participantes e governos. A participação de jovens por meio da parceria entre associações estudantis e juvenis e os

responsáveis pela elaboração de políticas pode trazer grande contribuição. Dar oportunidades de liderança aos alunos e identificar e articular os resultados esperados da participação dos jovens aumentará o compromisso..

Pais e familiares

Os pais e outros responsáveis têm um papel importante na vida de uma criança ao proporcionar cuidados, instrução, disciplina, modelos a serem seguidos e supervisão. Eles controlam a maioria das opções de alimentos em casa e o apoio deles tem influência positiva para a atividade física em crianças e adolescentes. Ao contar com a participação dos pais na elaboração e implementação de uma política escolar de ASAFS, é menos provável que as crianças sejam expostas a incoerências entre o que se recomenda e faz em casa e na escola.

Os possíveis obstáculos para a participação dos pais são:

- falta de conscientização sobre a importância dos hábitos alimentares e da atividade física;
- resistência ao envolvimento de professores ou governos com práticas de alimentação e atividade física no ambiente doméstico, percebido como sendo privado;
- concepção equivocada de que o tempo e a atenção dedicados à alimentação saudável e atividade física podem comprometer a atenção para assuntos mais importantes ou influir negativamente nas notas/parâmetros acadêmicos;
- falta de tempo e de recursos financeiros

A participação dos pais na elaboração e implementação de uma política escolar de ASAFS pode ser de diversas formas:

- Envolver os pais para identificar necessidades e problemas na escola e possibilitar que dêem opiniões sobre as opções de políticas.
- Organizar grupos de discussão com os pais para debater as opções de políticas escolares a serem elaboradas e implementadas sobre alimentação saudável e promoção da atividade física nas escolas.
- Dar aos pais informação sobre os aspectos práticos da implementação da política.
- Dar materiais informativos e amostras de alimentos para levar para casa.
- Organizar cursos relacionados com ASAFS para os pais.
- Contar com o empenho dos pais para exercer pressão para que professores, escolas ou responsáveis pelas políticas melhorem a alimentação e atividade física nas escolas.
- Estimular as escolas a incluir padrões de alimentação e atividade física na pauta das reuniões de pais e mestres.

As associações de pais são bons parceiros para obter a participação dos pais no processo de elaboração e implementação de uma política escolar de ASAFS.

Comunidade em geral

O apoio e os recursos da comunidade são fundamentais para promover a alimentação saudável e atividade física nas escolas. Os parceiros dentro da comunidade podem ajudar na conscientização, divulgação e visibilidade da alimentação saudável e atividade física. Eles também podem contribuir ao respaldar, colaborar e copatrocinar diversos programas para jovens.

Os parceiros em potencial dentro da comunidade são:

- profissionais da saúde
- parceiros internacionais
- sociedade civil
- organizações não governamentais (ONGs)
- setor privado, inclusive agricultores.

Profissionais da saúde

Os profissionais da saúde podem ter um papel significativo em promover a alimentação saudável e atividade física nas escolas. Como exposto no capítulo anterior, a introdução de serviços de saúde escolar é uma das opções de políticas escolares de que os governos podem dispor. Enfermeiras, nutricionistas, médicos, orientadores e pessoal da escola podem ajudar os alunos a ter uma alimentação saudável e a manter níveis adequados de atividade física (ver Capítulo 3 para mais informações).

Parceiros internacionais

Muitos organismos das Nações Unidas e agências supranacionais desenvolvem programas escolares para melhorar a alimentação e atividade física. Estas agências podem estimular a elaboração de uma política escolar nacional de ASAFS ao fornecer recursos técnicos ou financeiros.

Entre os programas de alimentação e atividade física de parceiros internacionais estão:

- Iniciativa Mundial de Saúde Escolar (www.who.int/school_youth_health), iniciada pela OMS.
- Focalizar recursos numa saúde escolar eficaz (www.freshschools.org), uma iniciativa conjunta da OMS, Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (UNESCO), UNICEF e Banco Mundial.

- Iniciativa Escolas Amigas da Nutrição (www.who.int/nutrition/topics/nut_school_aged), pela OMS em parceria com o Centro de Desenvolvimento de Educação, Organização para a Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO), Comitê Permanente em Nutrição, UNESCO, UNICEF, Programa Mundial de Alimentos e Banco Mundial.
- Horticultura escolar e educação nutricional (www.fao.org/schoolgarden), pela FAO.
- Alimentação escolar (www.wfp.org/food_aid/school_feeding), pelo Programa Mundial de Alimentos.

Sociedade civil e ONGs

A sociedade civil e ONGs têm um importante papel a desempenhar ao influir no comportamento individual e no comportamento de organizações e instituições que se dedicam à promoção da alimentação saudável e atividade física nas escolas. Também podem propiciar recursos úteis e atuar como principal agente influenciador da comunidade (especialmente pais e familiares) ao apoiar políticas escolares saudáveis.

Em particular, a sociedade civil e as ONGs podem:

- participar de grupos de planejamento e coordenação de saúde
- defender a ideia de que a alimentação saudável e atividade física na escola deve ser incluída entre as prioridades de interesse público
- formar redes e grupos de ação para promover a disponibilidade de alimentos saudáveis e oportunidades para atividades físicas nas escolas
- organizar campanhas e eventos que estimularão a implementação da política escolar de ASAFS
- ajudar a coordenar e apoiar mudanças iniciadas nas escolas com atividades realizadas em outros locais como em casa, no trabalho e nas comunidades
- proporcionar recursos e conhecimento especializado.

Através do empenho colaborativo das ONGs Insan Foundation-Paquistão e Right to Play, foi implementado um programa de atividade física para a inclusão do sexo feminino em atividades esportivas em 14 escolas afegãs e em duas escolas de crianças afegãs e paquistanesas no Paquistão. O programa é centrado na inclusão de meninas cuja participação em esportes e atividade física havia sido anteriormente restrita por razões culturais. Através da consulta com os patriarcas da comunidade, reformaram-se os locais de prática e foram realizados eventos exclusivos para meninas. O projeto foi bem recebido por professores e alunos e a atividade física faz parte agora dessas escolas. Este programa é um exemplo de como as ONGs podem apoiar a implementação de políticas que incentivem a atividade física levando em consideração questões culturais. Mais informações estão disponíveis em: Relatório Anual Right to Play 2003

<http://www.rightrightto.com/site/DocServer/annualreport2003.pdf?docl>.

Setor privado

O setor privado pode ser um importante ator na promoção de alimentação saudável e atividade física nas escolas. Além disso, dada a potencial influência da política escolar da ASAFS na aquisição da merenda escolar e disponibilidade de alimentos e bebidas na escola, este setor pode ter grande interesse de participar da elaboração da política. No entanto, os interesses do setor privado podem divergir dos interesses de saúde pública do governo. É importante que o governo reconheça possíveis interesses convergentes e divergentes.

Entre as possíveis ações que podem ser adotadas por produtores e distribuidores de alimentos (como agricultores, empresas de serviço de alimentos, indústria de alimentos, restaurantes, pequenas empresas e empresas de porte médio que vendem alimentos e bebidas nas escolas ou nas suas cercanias) com relação a uma política escolar de ASAFS estão:

- oferecer visitas aos alunos, como parte do ensino relacionado à saúde, aos locais de cultivo, lojas e fábricas;
- restringir o nível de gordura, açúcar adicionado e sal em alimentos e refeições (por exemplo, reformular opções de menus para escolas);
- oferecer opções a custo reduzido ou doações para programas de merenda escolar;
- continuar proporcionando opções nutritivas, saudáveis e economicamente acessíveis;
- exercer práticas de marketing responsável, especialmente com relação à promoção e marketing de alimentos com alto teor de gordura, açúcar ou sal que são de elevado valor calórico e pobres em micronutrientes (por exemplo, uso de máquinas de venda automática na escola).

Entre os possíveis papéis para organizações esportivas, piscinas, fabricantes de artigos esportivos, negócios de recreação estão:

- usar de modo compartilhado com as escolas instalações para atividade física
- oferecer equipamentos de atividade física para as escolas
- incentivar os alunos a se filiarem a associações esportivas e organizações afins
- patrocinar nas escolas atividades físicas, eventos esportivos e equipamentos
- defender os benefícios da atividade física.

Os possíveis papéis da mídia são:

- incentivar hábitos de alimentação saudável e atividade física pelos canais pertinentes (televisão, revistinhas em quadrinhos, revistas, mídias de internet ou mesmo trupes de dançarinos)
- ensinar a reconhecer os propósitos das estratégias de publicidade como as que transmitem informação e as que promovem exclusivamente um produto em particular.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Monitoramento e avaliação são processos sistemáticos para avaliar o progresso das atividades em andamento, identificar limitações que requerem medidas corretivas e avaliar a eficácia do resultado do programa (11). Eles fornecem informação aos responsáveis pelas políticas e a todos os interessados diretos com relação à implementação, progresso, limites e efeitos de uma política. Podem, portanto, auxiliar o planejamento futuro e processos decisórios, contribuir para acumular dados e assumir responsabilidades (3).

Um modelo de avaliação deve ser desenvolvido junto com a política. Deve ser feita a combinação entre os objetivos da política e o tipo adequado de avaliação e indicadores que deverão ser usados durante o processo de avaliação e monitoramento. Para realizar atividades de monitoramento e avaliação relacionadas com políticas de alimentação e atividade física, os países devem fazer uso e tirar proveito das estruturas e pesquisas existentes sempre que for possível e apropriado.

Tipos de monitoramento e avaliação

Há três tipos de monitoramento e avaliação: processo, produto e resultado.

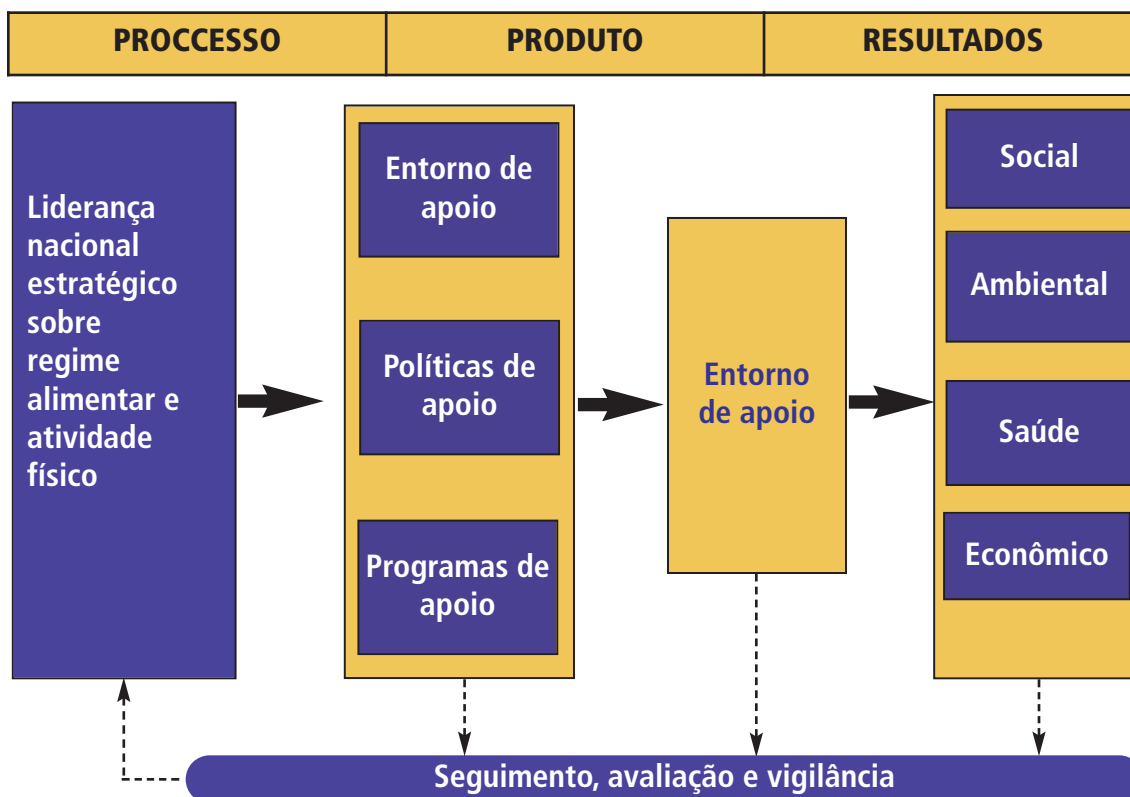
O monitoramento e avaliação do processo são usados para avaliar o progresso das atividades efetivas. Avalia o que foi feito, em vez do que aconteceu como resultado. O monitoramento e avaliação do produto são usados para avaliar aquilo que é produzido ou produtos originados como resultado dos processos. A avaliação do processo e do produto do planejamento, elaboração e implementação das políticas e programa fornecem dados para que sejam feitos ajustes intermediários. Esses dois tipos de avaliação são considerados juntos neste capítulo.

O monitoramento e avaliação do resultado são usados para avaliar se, e em que medida, os objetivos de resultado foram atingidos. Está relacionado ao efeito das intervenções e ajuda a determinar se houver mudança após a implementação de uma política.

O esquema apresentado na Figura 1 visa explicar como políticas e programas, e sua implementação, influenciam populações a mudar o próprio comportamento e compreender os benefícios econômicos, sociais e de saúde a longo prazo. A ilustração mostra como indicadores de

monitoramento e avaliação adequados podem ser incorporados ao processo de mudança. Também mostra quando cada tipo de avaliação deve ser considerado no processo de elaboração e implementação de políticas.

Figura 1. Modelo esquemático



Realização de atividades de monitoramento e avaliação

Para realizar o monitoramento e avaliação, é importante ter:

- Boa compreensão das metas, objetivos e atividades planejadas da política.
- Compromisso para saber mais sobre os pontos fracos e fortes dos esforços e melhorá-los.
- Pelo menos uma pessoa que seja responsável pelo monitoramento e avaliação, que possa receber treinamento em planejamento e implementação de um sistema de monitoramento e avaliação
- Assistência de uma pessoa com formação em pesquisa ou avaliação, por exemplo, um funcionário do ministério da saúde ou da educação ou de uma faculdade, universidade ou ONG local, alguém com experiência que possa ajudar a elaborar um plano de avaliação.

Os dados para o monitoramento e avaliação podem ser de diversas fontes: dados de supervisão (por exemplo, dados coletados em pesquisas como a Pesquisa Global de Saúde do Escolar e Comportamento de Saúde baseado em Escola em Crianças em Idade Escolar), documentação de políticas, comunicações relacionadas com políticas, dados financeiros, interessados diretos e medidas diretas ou relatórios próprios.

Tradicionalmente, a avaliação dos resultados envolve coleta de dados pré e pós-implementação de determinada política ou programa. Recomenda-se usar dados semelhantes aos coletados durante a análise da situação (ver Capítulo 2).

É importante considerar a possibilidade de monitorar os indicadores de resultados como parte de um modelo nacional mais amplo de supervisão e monitoramento.

Elaboração de indicadores nacionais

Os indicadores podem ser definidos como variáveis que ajudam a avaliar as mudanças e facilitam a compreender em que ponto a política está, qual o rumo que está sendo seguido e quanto falta para alcançar as metas e os objetivos planejados. Os indicadores selecionados devem ser confiáveis, válidos, sensíveis e compatíveis com o tipo de avaliação sendo realizada.

Os indicadores apresentados nesta seção devem ser vistos como exemplos a ser usados, se for apropriado, após serem adaptados à realidade do país. Os indicadores propostos servem como uma ferramenta simples e confiável para os Estados Membros que querem fazer o monitoramento e avaliação da elaboração e implementação de suas políticas nacionais escolares.

Os indicadores de processo e de resultados propostos na Tabela 2 estão organizados de acordo com os capítulos deste documento. Sugestões de indicadores de resultados são apresentadas na Tabela 3.

Exemplos de indicadores de processo e produto

Os dados para os indicadores sugeridos nas seguintes tabelas podem ser coletados no âmbito nacional, subnacional, regional ou municipal. Pode ser considerado, para alguns indicadores, a coleta de dados de um número estatisticamente significativo de escolas.

Tabela 2. Indicadores de processos e produto

INTRODUÇÃO DE UMA POLÍTICA ESCOLAR	EXEMPLOS DE INDICADORES
Instituir uma equipe de coordenação	<ul style="list-style-type: none">■ existência de uma equipe de coordenação formada por diversos interessados diretos para elaborar, implementar e monitorar a política escolar nacional de alimentação e atividade física;■ composição da equipe de coordenação (número de participantes de diferentes partes e níveis do governo, professores e pessoal da escola, alunos, pais e familiares e comunidade em geral);■ número de reuniões da equipe de coordenação por ano;■ existência de um sistema que assegura responsabilidade e transparência do trabalho da equipe de coordenação.
Realizar uma análise da situação	<ul style="list-style-type: none">■ dados de referência sobre os indicadores de resultados como:<ul style="list-style-type: none">➢ % de alunos cientes dos benefícios para a saúde de hábitos alimentares saudáveis e atividade física;➢ % de alunos que não fazem atividade física pelo menos 60 minutos por dia;➢ % de alunos que têm excesso de peso. ;■ dados coletados durante a análise da situação estão disponíveis para a equipe nacional de coordenação.
Elaborar um plano de trabalho e sistema de monitoramento	<ul style="list-style-type: none">■ existência de um plano de trabalho para elaborar e implementar a política escolar de ASAFS;■ existência de dotação orçamentária específica para monitoramento e avaliação.
Estabelecer metas e objetivos	<ul style="list-style-type: none">■ metas claramente identificadas;■ objetivos do processo, produto e resultados claramente identificados.
Divulgação	<ul style="list-style-type: none">■ A política escolar de ASAFS é divulgada a todos os interessados diretos relevantes.
Reconhecimento das escolas	<ul style="list-style-type: none">■ existência de critérios e procedimentos estabelecidos para premiar as escolas;■ número de escolas premiadas;■ porcentagem de escolas reavaliadas que mantêm a premiação.

Tabela 2. continuação

INTRODUÇÃO DE UMA POLÍTICA ESCOLAR	EXEMPLOS DE INDICADORES
Currículo escolar	<ul style="list-style-type: none"> ■ existência de normas de currículo para educação em saúde com foco na alimentação e atividade física; ■ número de aulas de educação em saúde por ano como parte do currículo nacional; ■ porcentagem de escolas que cumprem os requisitos de educação em saúde do currículo escolar; ■ existência de requisitos no currículo escolar para educação física (aulas de esportes); ■ número de aulas de educação física (aulas de esportes) por ano como parte do currículo escolar nacional; ■ porcentagem de escolas que cumprem com os requisitos para educação física (aulas de esportes); ; ■ porcentagem de escolas com professores capacitados de educação física; ■ porcentagem de alunos dispensados das aulas da educação física; ■ porcentagem de aulas de educação física canceladas por série escolar por ano.
Entorno da merenda escolar	<ul style="list-style-type: none"> ■ existência de normas nutricionais publicadas para alimentos e bebidas na escola; ■ porcentagem de escolas que proporcionam às crianças alimentos e bebidas condizentes com as normas nacionais para alimentos na escola; ■ porcentagem de escolas que oferecem programas de café da manhã, almoço, fruta e verduras ou outros merendas; ■ porcentagem de escolas com horta; ■ porcentagem de escolas com um lugar para comer limpo e supervisionado; ■ porcentagem de escolas com período adequado para almoço (pelo menos 20 minutos depois que alunos sentam à mesa com seus alimentos); ■ porcentagem de escolas que têm um sistema de distribuição de alimentos que assegura não estigmatização dos alunos, principalmente dos alunos participantes de programas de refeições gratuitas ou a preço reduzido; ■ porcentagem de escolas que restringem o uso de máquinas de venda automática; ■ porcentagem de produtos com baixo teor de gordura, açúcar e sal e ricos em micronutrientes nas máquinas de venda automática;

Tabela 2. continuação

INTRODUÇÃO DE UMA POLÍTICA ESCOLAR	EXEMPLOS DE INDICADORES
	<ul style="list-style-type: none"> ■ porcentagem de escolas que restringem o marketing e publicidade de alimentos e bebidas de alto teor calórico e pobres em micronutrientes; ■ existência e uso de um mecanismo nacional para monitorar atividades de marketing e publicidade nas escolas.
Espaço físico	<ul style="list-style-type: none"> ■ porcentagem de escolas com área de recreação e equipamentos para brincar seguros; ■ porcentagem de escolas que propiciam intervalos diários ativos para todos os alunos; ■ porcentagem de crianças que permanecem no interior da escola durante o intervalo; ■ porcentagem de escolas com uma política e programa para promover a ida e volta da escola a pé e de bicicleta; ■ porcentagem de escolas com rotas seguras para ida e volta da escola a pé e de bicicleta; ■ porcentagem de crianças que vêm de ônibus para a escola; ■ convênio com o ministério do transporte para melhorar as rotas para ida e volta da escola a pé e de bicicleta; ■ campanha de conscientização do público sobre segurança para as crianças na ida e volta da escola a pé e de bicicleta; ■ porcentagem de escolas que proporcionam pelo menos três oportunidades de atividade física extracurricular; ■ porcentagem de escolas que permanecem abertas após o dia escolar para recreação da comunidade; ■ convênio com governos locais para o uso compartilhado com as escolas de instalações de recreação da comunidade durante o horário escolar; ■ porcentagem de escolas que usam instalações de recreação da comunidade; ■ porcentagem de alunos que efetivamente participam de atividades físicas extracurriculares.
Promoção da saúde para o pessoal da escola	<ul style="list-style-type: none"> ■ porcentagem de professores instruídos sobre hábitos de vida saudáveis no ano anterior; ■ porcentagem de pessoal da escola que usam produtos alimentícios com alto teor calórico e pobres em micronutrientes para recompensar os alunos.

Tabela 2. continuação

INTRODUÇÃO DE UMA POLÍTICA ESCOLAR	EXEMPLOS DE INDICADORES
Serviços de saúde escolar	<ul style="list-style-type: none"> ■ porcentagem de escolas que monitoram o peso e altura das crianças; ■ porcentagem de escolas que usam um sistema eficaz de comunicação com os pais sobre as crianças para informar resultados de avaliações periódicas de saúde; ■ porcentagem de alunos orientados por um orientador sobre alimentação saudável e atividade física.

Exemplos de indicadores de resultados

Com frequência uma política escolar de ASAFS englobará diversas intervenções. Podem ser usados indicadores de resultados para avaliar o efeito global para conscientização, comportamento e estado de saúde dos alunos. Os indicadores de resultados apresentados na tabela a seguir estão categorizados como sendo de curto, médio e longo prazo. Esta estrutura permite aos governos monitorar e avaliar as diferentes etapas da elaboração e implementação de uma política escolar nacional.

Tabela 3. Indicadores de resultados

INTRODUÇÃO DE UMA POLÍTICA ESCOLAR	EXEMPLOS DE INDICADORES
Curto prazo (1–2 anos)	<ul style="list-style-type: none"> ■ porcentagem de alunos cientes dos benefícios de saúde de hábitos alimentares saudáveis e atividade física; ■ porcentagem de alunos que se recordam de mensagens positivas sobre hábitos alimentares saudáveis e atividade física ensinados em programas escolares de educação em saúde.
Médio prazo (2–5 anos)	<ul style="list-style-type: none"> ■ porcentagem de alunos que comem menos de 5 porções de frutas e verduras por um dia ou porcentagem de alunos que comem menos de 400 g de frutas e verduras por dia; ■ porcentagem de crianças que participam de pelo menos 60 minutos de atividade física por dia; ■ porcentagem de alunos que passam ≥ 3 horas por dia sentados ou assistindo televisão, jogando jogos para computador, conversando com amigos ou fazendo outras atividades sedentárias durante um dia normal; ■ porcentagem de alunos que foram e voltaram da escola a pé ou de bicicleta nos últimos 7 dias; ■ porcentagem de alunos com desempenho escolar satisfatório.
Longo prazo	<ul style="list-style-type: none"> ■ porcentagem de alunos com excesso de peso e obesos.

REFERÊNCIAS

1. *Preventing chronic diseases, a vital investment*. Ginebra, World Health Organization, 2005.
2. *Global Strategy on Diet, Physical Activity and Health*. Ginebra, World Health Organization, 2004.
3. *Global strategy on diet, physical activity and health: a framework to monitor and evaluate implementation*. Ginebra, World Health Organization, 2006.
4. *Fruit and vegetables for health. Report of a joint FAO/WHO Workshop*. Ginebra, World Health Organization, 2004.
5. *Healthy nutrition: an essential element of a health-promoting school*. Ginebra, World Health Organization, 1998 (WHO Information Series on School Health, Document No. 4).
6. *The status of school health*. Ginebra, World Health Organization, 1996.
7. *Comprehensive school health education*. Nueva Delhi, WHO Regional Office for South-East Asia, 1993.
8. *Food and nutrition policy for schools: a tool for the development of school nutrition programmes in the European Region*. Programme for Nutrition and Food Security. Copenhagen, World Health Organization, WHO Regional Office for Europe, 2006.
9. *Nutrition-friendly schools initiative, Part I: NFSI Framework*. Ginebra, World Health Organization, 2007.
10. *Promoting physical activity in schools: an important element of a health-promoting school*. Ginebra, World Health Organization, 2006 (WHO Information Series on School Health, Document No. 12).
11. *Integrated management of healthy settings at the district level*. Ginebra, World Health Organization, 2002.

ANEXO 1: PARTICIPANTES DA MESA REDONDA DE ESPECIALISTAS

ESPECIALISTAS DA COMUNIDADE ACADÊMICA E DOS MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE	
Dra. Carmen Aldinger Sr. Eric Arnold	Diretora de projeto, Centro de Desenvolvimento de Educação, Estados Unidos Analista de políticas, Agência de Saúde Pública do Canadá, Canadá
Sra. Louise Aubrey	Analista sênior de políticas, Agência de Saúde Pública do Canadá, Canadá
Dr. Goof Buijs	Coordenador do Programa Escolar de NIGZ, Instituto para Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças, Holanda
Dr. Ji Chengye	Diretor, Instituto de Saúde da Criança e do Adolescente, China
Dra. Anniza de Villiers	Cientista, Conselho de Pesquisa Médica, África do Sul
Sr. Joe Doiron	Analista sênior de políticas, Agência de Saúde Pública do Canadá, Canadá
Sra. Ann Ellis	Orientadora em Nutrição, Health Canada, Canadá
Dr. Roya Kelishadi (relator)	Professor livre docente de Pediatria, Isfahan Cardiovascular Research Center, Universidade Isfahan de Ciências Médicas, República Islâmica do Irã
Dra. Claire MA LeBlanc (autora do documento de referência sobre atividade física)	Professora livre docente de Pediatria, Universidade de Alberta, Canadá
Dra. Mary McKenna (autora do documento de referência sobre alimentação saudável)	Professora livre docente de Cinesiologia, Universidade de New Brunswick, Canadá

Anexo 1. continuación

EXPERTOS DE LA COMUNIDAD ACADÉMICA Y DE MINISTERIOS DE EDUCACIÓN Y DE SALUD	
Sra. Sonia McGeorge	Codirectora, Centro Nacional de Atividade Física e Saúde, Escola de Ciências do Exercício e Esportes, Fundação Britânica de Cardiologia, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte
Sra. Lisa Mawani	Analista de políticas, Agência de Saúde Pública do Canadá, Canadá
Dr. Ladda Mo-Suwan	Professor livre docente de Pediatria, Universidade Prince of Songkla, Tailândia
Dr. Lawrence St. Leger	Professor livre docente, Escola de Saúde e Desenvolvimento Social, Universidade Deakin, Austrália
Sra. Kelly Stone (presidente)	Diretora, Divisão de Infância e Adolescência, Agência de Saúde Pública do Canadá, Canadá
Sra. Patricia Walsh	Gerente, Política Estratégica e Pesquisa, Agência de Saúde Pública do Canadá, Canadá
EXPERTOS DE LA COMUNIDAD ACADÉMICA Y DE MINISTERIOS DE EDUCACIÓN Y DE SALUD	
Sra. Mathilde Elizabeth (Tilly) de Bruin Dra. Ulla Uusitalo	Funcionária graduada da área técnica, Departamento de Doenças Crônicas e Promoção da Saúde, Sede da OMS, Suíça Funcionária graduada da área técnica, Departamento de Nutrição para Saúde e Desenvolvimento, Sede da OMS, Suíça

ANEXO 2:

EXEMPLOS DOS PAÍSES

Chile: comendo e movimentando-se bem

Antecedentes

A prevalência da obesidade em crianças no Chile cresceu acentuadamente nas duas últimas décadas. Os estudos têm demonstrado um aumento no consumo de lanches com alto teor de gordura e açúcar e baixo consumo de frutas e verduras (14). É também cada vez mais prevalente o comportamento sedentário em crianças. O Ministério da Saúde do Chile, ciente das consequências das tendências atuais e da morbidade relacionada para todos os chilenos, instituiu em 1997 o Vida Chile, um plano nacional para promoção da saúde. Embora o Vida Chile tenha alcance populacional e uma perspectiva holística de saúde, dois das suas cinco áreas de foco são alimentação saudável e atividade física. Entre as suas metas estão reduzir o comportamento sedentário em jovens acima de 15 anos e reduzir a obesidade entre escolares do primeiro ano, de 16% para 12% até 2010. Além do Vida Chile, o presidente chileno lançou em 2006 a Estratégia Global de Combate à Obesidade (EGO Chile) para estabilizar ou reduzir o número atual de casos de obesidade.

Programas específicos

Prevenção da obesidade liderada pelo governo

Com base na experiência das escolas promotoras de saúde no Chile, e levando-se em consideração o contexto dos planos regionais de saúde pública, foi iniciada em 2007 uma intervenção para combinar ações que contribuem para combater a obesidade e o sedentarismo. Para usar de modo eficiente os recursos e atingir melhores resultados, os Ministérios da Educação, Saúde e Esportes estão trabalhando juntos. São feitas avaliações de peso e altura dos escolares e os que apresentam risco de excesso de peso ou obesidade são encaminhados a unidades básicas de saúde para entrar em programas interdisciplinares de combate à obesidade e, se possível, passar por intervenções no meio familiar. Além disso, programas de vida saudável são implementados nas escolas. A médio e longo prazo, o objetivo é introduzir vários novos tópicos e atividades nos currículos escolares e em atividades extracurriculares com pais, professores e alunos. Alguns exemplos são a instalação de quiosques com lanches saudáveis, implementação de intervalos ativos na área de recreação, e nas salas de aula e aumento do tempo de atividade física nas escolas para cumprir com o requisito do Ministério da Educação (3 horas por semana). Por fim, há maior conscientização e professores, pais e alunos são informados sobre alimentação saudável e

atividade física nas reuniões de pais, comemorações e outras ocasiões. O governo trabalhou com 700 escolas em 2007, e aumentou para 1.000 em 2008.

Programa Nacional de Almoço

Com o propósito de facilitar o ensino, não o de combater a desnutrição, o Programa Nacional de Almoço fornece a alunos selecionados 1 a 3 refeições diárias. As escolas são categorizadas e classificadas numericamente de acordo com a condição socioeconômica dos alunos e, individualmente, eles recebem refeições que fornecem 40% a 100% do requerimento calórico diário. A preparação das refeições fica a cargo de serviços privados de alimentos, selecionados mediante processo de licitação. O objetivo é fornecer alimentos saudáveis, embora frutas e verduras sejam hoje fornecidas somente 2 a 3 vezes por semana.

Instituto de Nutrición y Tecnología de los Alimentos (INTA)

O INTA, instituto que pertence à Universidade do Chile, tem longo histórico de atuar proativamente para lidar com questões associadas com a obesidade em escolares. Entre algumas de suas iniciativas estão a avaliação de escolares com base em medidas antropométricas, formação de professores nas áreas de atividade física e nutrição, aumento do tempo de educação física e implementação de uma campanha “Intervalo com Música” com a aquisição de aparelhos de rádios para tocar música nos pátios das escolas. O INTA também elaborou e distribuiu um guia para escolas e para o governo, recomendando as medidas mínimas que as escolas devem adotar para implementar as regulamentações de alimentos e atividade física.

Monitoramento e avaliação

O INTA realizou e publicou pelo menos um estudo controlado avaliando a eficácia de suas intervenções em escolas de ensino fundamental nas cidades chilenas.

Referências

1. Yanez R et al. Food consumption in Chilean school children: relationship with food guides and pyramid. *Rev Chil Nutr*, 2001, 28:422–428.
2. Salinas J et al. The Vida Chile Program: results and challenges with health promotion policy in Chile, 1998–2006. *Rev Panam Salud Publica*, 2007, 21(2- 3):136–144.
3. Kain J et al. School-based obesity prevention in Chilean primary school children: methodology and evaluation of a controlled study. *International Journal of Obesity*, 2004:1–11.
4. Olivares S et al. Nutritional status, food consumption and physical activity in Chilean school children: a descriptive study. *European Journal of Clinical Nutrition*, 2004, 58 (9):1278–1285.

Antecedentes

O atual Programa Escolar de Educação em Saúde (School Health Education Programme - SHEP) foi introduzido após a Conferência Mundial em Educação para Todos de 1990. Em 1992, o governo de Gana determinou aos Ministérios da Educação e da Saúde que introduzissem educação em saúde e um serviço de prestação de saúde integrados para complementar componentes acadêmicos de ensino formal e sobrevivência infantil. O Ministério da Educação encabeçou o projeto, enquanto que o Ministério da Saúde prestou apoio técnico.

Visão: uma população escolar saudável, esclarecida e munida com conhecimentos para a vida, a fim de ter um comportamento saudável, apoiado por um sistema de saúde receptivo.

Missão: proporcionar educação em saúde e serviços integrais, assim como assegurar a disponibilidade de saneamento e abastecimento de água nas escolas.

Objetivos: assegurar a provisão de educação em saúde integral nas escolas e munir as crianças com ensino em conhecimento básicos para a vida, contribuindo para que atinjam e melhorem suas demandas fisiológicas, psicológicas e acadêmicas.

Programas específicos

Focalizar recursos numa saúde escolar eficaz (FRESH)

O modelo FRESH foi adotado para a implementação de intervenções de saúde escolar através de:

- *Educação em saúde com base em habilidades:* através de atividades curriculares e cocurriculares, os alunos adquirem conhecimento e habilidades em autoconfiança, tomada de decisão, entre outros, para fazerem escolhas esclarecidas para uma vida saudável. Cursos de capacitação foram organizados dentro da iniciativa FRESH para os coordenadores do SHEP no âmbito nacional, regional, distrital e escolar. As crianças participam de competições de perguntas e respostas e campanhas de promoção da saúde nas escolas e comunidades.
- *Competição de ambiente escolar saudável:* desde 2003 o programa SHEP organiza Competições de Ambiente Escolar Saudável nas escolas e premia as escolas que merecem distinção. As atividades deste projeto incluem a coleta de dados sobre a infraestrutura escolar e as atividades alimentares e físicas praticadas na escola e o ambiente psicossocial, conscientização da comunidade escolar e cerimônias de premiação.

- *Serviços de saúde escolar*: pessoal da área de saúde, professores e outros interessados diretos proporcionam exames médicos, orientação e serviços de encaminhamento para os alunos.

Promoção de uso de sal iodado nas escolas

Em apoio à Iniciativa de Iodação Universal do Sal do governo de Gana, o SHEP colabora com o UNICEF e a Unidade de Nutrição do Serviço de Saúde de Gana para a formação de professores e alunos quanto ao uso e benefícios do sal iodado.

Programa de alimentação escolar

Num esforço de assegurar a boa alimentação de crianças em idade escolar, o governo de Gana introduziu dois tipos de programas de alimentação:

- a) Suprimentos para levar para casa para meninas em escolas de comunidades carentes em três regiões no norte do país.
- b) Provisão de uma merenda nutritiva quente a crianças do ensino fundamental com produtos alimentícios de cultivo local (Programa de Alimentação Escolar de Gana - Ghana School Feeding Programme - GSFP). Atualmente mais de 400 mil alunos de 987 escolas no país são beneficiados. Além disso, o Programa Mundial de Alimentos colabora com GSFP e apóia a alimentação de crianças em 34 distritos nas três regiões do norte do país. Ao todo, 31.064 crianças são beneficiadas nos 34 distritos.

Además, el Programa Mundial de Alimentos colabora con el GSFP para financiar la alimentación de los niños en 34 distritos de las tres regiones del norte. Se están beneficiando 31.064 niños en 34 distritos.

Alimentação e nutrição

No nível da escola fundamental, temas relativos à alimentação e nutrição são incorporados ao currículo escolar. No ensino secundário, "Alimentação e Nutrição" é estudado como uma matéria e é testado o conhecimento dos alunos valendo nota. Além disso, programas de formação são organizados para os fornecedores de alimentos das escolas em higiene dos alimentos e nutrição. Os fornecedores de alimentos são selecionados e recebem atestados de saúde antes de terem autorização para cozinhar e vender produtos no campus escolar.

Projeto de nutrição e saúde regeneradora

Esta é uma nova orientação de política de saúde iniciada pelo Ministério da Saúde, "mudando a ênfase da cura para a prevenção" no controle das doenças não transmissíveis. O projeto enfatiza a necessidade de ingerir mais frutas e verduras frescas, beber mais água, fazer alguma forma de exercício moderado e ter bom descanso.

Pesquisa Global de Saúde do Escolar

A Pesquisa Global de Saúde do Escolar de Gana de 2007 foi realizada para avaliar o conhecimento e os comportamentos, como opções alimentares e atividade física, em alunos do ensino fundamental 2 (7º, 8º e 9º anos) no país.

Exercício físico

O Serviço de Educação de Gana tem uma unidade de educação física que organiza e supervisa as atividades gerais de educação física nas escolas. Esta é uma disciplina ensinada na forma de atividades práticas uma vez por semana no primeiro e segundo ciclos escolares, mas não vale nota. No nível terciário, é oferecido como um curso. Além disso, as escolas organizam competições entre salas de aula, blocos de salas de aula, escolas e faculdades com premiação. Há também outros jogos tradicionais que são atividades físicas informais como "Ampe" (jogo com dois jogadores que requer saltos e bater palmas), jogo de amarelinha, golfe local, corrida de sacos, dança das cadeiras, batucada e dança, entre outros, que as crianças gostam de jogar e que envolve formas de atividade física. Nos intervalos na escola, as crianças fazem brincadeiras depois do lanche.

Monitoramento e avaliação

O monitoramento e avaliação periódicos são realizados para avaliar o progresso das atividades de saúde escolar nas regiões, distritos e escolas. As regiões e os distritos também apresentam relatórios trimestrais sobre as atividades realizadas.

Cingapura: escolas promotoras de saúde

Antecedentes

As origens da promoção da saúde escolar remontam aos anos 70 e 80 quando os Ministérios da Saúde e da Educação trabalharam juntos para desenvolver materiais para o currículo escolar de educação em saúde e um cronograma. Ao longo dos anos o Ministério da Saúde ofereceu uma ampla série de programas abordando, entre outros tópicos, nutrição, exercícios físicos, tabagismo e saúde mental. Além disso, reconhecendo os benefícios de um enfoque holístico, a Comissão de Promoção da Saúde do Ministério da Saúde implantou um modelo de escola promotora da saúde denominado Apoiando Esforços para Melhorar a Saúde Escolar (CHERIISH), um sistema de premiação para reconhecer as escolas de ensino fundamental e médio consideradas proativas. As políticas e programas ditados pelo Ministério da Educação abrangem todas as escolas. Muitas, no entanto, incorporaram políticas que contribuem para sua posição de destaque como escola promotora da saúde.

Políticas e programas nacionais

Currículo

A educação em saúde é ensinada como outra disciplina separada no ensino fundamental, ocupando 30 minutos por semana. No ensino médio, ela aparece em várias disciplinas, inclusive nutrição ensinada em economia doméstica. O Ministério da Educação colabora com a Comissão de Promoção da Saúde ao elaborar programas e módulos específicos e de ensino.

Exercícios físicos e aptidão física

Todas as escolas têm aulas de educação física duas ou três vezes por semana. As escolas também organizam atividades físicas coletivas como dias de esportes e Jogos de Lazer carnaval de jogos para os alunos. Além disso, muitos alunos participam de atividades extracurriculares após o período escolar.

Quiosques escolares

Desde o início dos anos 90, os quiosques nas escolas usam um sistema de "sinal verde", no qual são colocados indicadores verdes ao lado da lista de itens vendidos para auxiliar os alunos a identificar os alimentos mais saudáveis. Todas as escolas também devem ter bebedouros, em uma proporção de um para cada 120 alunos. Além disso, em 2003, a Comissão de Promoção da Saúde introduziu o Programa Modelo de Quiosques Escolares, um sistema de premiação com destaque especial às escolas que oferecem opções de alimentos mais saudáveis de acordo com as diretrizes nutricionais.

Prêmio CHERISH

Delineado com base na iniciativa de escolas promotoras da saúde da Organização Mundial da Saúde, o prêmio CHERISH visa a incentivar as escolas a elaborar programas abrangentes de promoção da saúde escolar. Segundo o mérito de suas iniciativas, as escolas podem receber premiação de platina, ouro, prata ou bronze. A Comissão de Promoção da Saúde fornece subsídios a fim

de reembolsar parte das despesas da escola para aperfeiçoar um determinado projeto dentro do sistema de premiação CHERISH. Nos quatro anos desde a sua introdução, mais de 100 escolas se beneficiaram, implementando atividades como aulas de ioga ou cursos informativos sobre saúde para professores, dias de frutas ou intervalos de frutas nas escolas, colônias de saúde, excursões escolares, compra de equipamentos para exercícios físicos e realização de pesquisas e/ou exame médico de triagem.

Monitoramento e avaliação

A Comissão de Promoção da Saúde apoia as escolas à dividir boas práticas através de apresentações e debates periódicos, publicação de livros sobre os programas escolares exemplares e atualização do HealthVine, um boletim informativo eletrônico on-line para professores. Além disso, cursos anuais de formação são oferecidos de forma gratuita aos professores. Esses cursos preparam o pessoal para planejar e implementar iniciativas promotoras de saúde e enviar avaliações à Comissão quanto às necessidades das escolas. Como um aperfeiçoamento da premiação CHERISH, será adotado um ciclo de dois anos para que as escolas tenham mais tempo para determinar suas necessidades e planejar, avaliar e analisar suas iniciativas.

Futuro

Apesar da dificuldade de aplicar uma série de critérios de avaliação para avaliar um grupo heterogêneo de escolas, a Comissão de Promoção da Saúde adquiriu confiança para elaborar um modelo de escola promotora da saúde adaptado a escolas técnicas e universidades, assim como para abordar a pré-escola. Desde o início da iniciativa das escolas promotoras de saúde em Cingapura o Ministério da Educação vem expandindo suas ações e agora encabeça o projeto junto com a Comissão. Ambas as organizações esperam aumentar o número de instituições educacionais que aspiram atingir, e atinjam, o status de escola promotora da saúde.

Eslovênia: foco em escolas saudáveis

Antecedentes

Um levantamento sobre comportamento relacionados com a saúde em crianças e adolescentes na Eslovênia demonstrou que os maus hábitos alimentares e baixos níveis de atividade física são uma preocupação de saúde pública. A proporção de crianças e adolescentes com o peso alto vem aumentando na Eslovênia bem como em outros países europeus.

Iniciativas específicas

Programa Nacional de Nutrição Escolar (NSNP)

Uma merenda/lanche matutino é servida diariamente como parte do programa nacional. O financiamento do Ministério da Educação e de Esportes cobre apenas o custo dos ingredientes alimentares em estado natural para cada criança. São oferecidas outras refeições, como parte de um programa sem fins lucrativos. O gerente do serviço de alimentos é o responsável por garantir a implantação da política. Além disso, este profissional costuma ser o professor de economia doméstica e, portanto, encarregado de cumprir os requisitos nutricionais do currículo.

Resolução para a Política de Alimentação e Nutrição de 2005 a 2010 (Resolution on Food and Nutrition Policy - ReNNPP)

Embora a ReNNPP, encabeçada pelo Ministério da Saúde, tenha um escopo que vai além das crianças em idade escolar, um de seus objetivos principais é reduzir a prevalência de obesidade em crianças e adolescentes. Entre as atividades específicas estão determinar os produtos incluídos nas máquinas de venda automática nas escolas, recomendar o abastecimento adequado à saúde de água potável para os escolares e introduzir subsídios para o suprimento de leite nas escolas.

Rede eslovena de escolas promotoras de saúde (Slovenian Network of Health Promoting Schools - SNHPS)

Instituída em 1993 em cooperação entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação e de Esportes, a SNHPS criou um modelo para integrar enfoques promotores de saúde através da elaboração de currículos escolares e métodos didáticos participativos e interativos. Tanto a nutrição como a atividade física são consideradas áreas de grande atenção. Um quarto das escolas eslovenas já integra a SNHPS.

Maçã no projeto escolar

Além do Programa Nacional de Nutrição Escolar, o Ministério da Educação financia a compra de maçãs para que alunos recebam três porções de frutas por semana, além das frutas incluídas na merenda escolar. Vinte e seis escolas de ensino fundamental e 25 escolas de ensino médio fazem parte do projeto.

Revisão do currículo

Vários seminários foram preparados pelo Instituto Nacional de Saúde Pública e institutos regionais para capacitar professores do ensino médio para que incluam tópicos como nutrição e atividade física ao lecionar. Além disso, dois programas de educação em saúde sobre peso e atividade física estão sendo elaborados. O objetivo dos programas é munir os adolescentes de conhecimento sobre peso normal e a importância da atividade física.

Campanha nacional "Aproveite!"

Lançada pelo Ministério da Saúde em outubro de 2004, junto com o Dia Mundial da Alimentação, esta campanha compreendeu atividades em diversos níveis e espaços, inclusive nas escolas e pré-escolas. Ela incluiu a promoção da atividade física e o consumo de cinco porções de verduras e frutas por dia.

Monitoramento e avaliação

Não foi identificado um cronograma formal de análise/revisão. Contudo, no caso do NSNP, houve evolução quanto aos objetivos e a população-alvo desde o seu início em 1950. O Programa, que começou como uma forma de melhorar deficiências nutricionais exclusivamente em alunos do ensino fundamental, agora procura promover a saúde, acabar com os maus hábitos alimentares e fornecer educação nutricional a uma gama mais ampla de alunos e seus familiares. Além disso, os responsáveis pelas políticas identificaram metas futuras, não só para o NSNP, mas para todos os interessados diretos envolvidos na promoção da alimentação e atividade física em crianças e adolescentes.

**“AS POLÍTICAS E PROGRAMAS ESCOLARES DEVEM RESPALDAR
A ADOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E ATIVIDADE FÍSICA.”**



MODELO DE **POLÍTICA ESCOLAR**

IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA GLOBAL
DA OMS PARA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL.
ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE



**Organização
Pan-Americana
da Saúde**

Escritório Regional para as Américas da
Organização Mundial da Saúde



**Organização
Mundial da Saúde**
ESCRITÓRIO REGIONAL PARA AS
Américas